

DA CHINA MING NA CULTURA EUROPEIA: OS PÓLOS PORTUGUÊS E ITALIANO (1499-1550)

por

LUÍS FILIPE BARRETO *

I

O objectivo deste estudo é acompanhar a constituição do banco europeu de textos sobre a China Ming entre 1499, época das cartas de Lisboa de Girolamo Sernigi aquando do regresso da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, e 1550, primeira edição em Veneza do *Delle Navigazioni et Viaggi* de G. B. Ramusio (1485-1557).

São estes os primeiros anos de uma informação europeia sobre a China Ming. Informação dispersa, pontual, mesmo fragmentária que marca os horizontes do conhecimento alcançado pelos europeus.

Inícios de um saber europeu da China Ming desde as primeiras informações de chineses e da China marítima e mercantil até aos primeiros enunciados, nos finais dos anos de 1540, de elogio ao valor da Cultura e da Civilização Chinesas.

Compreender as fundações que possibilitam as visões europeias da China é um exercício fascinante que coloca mil e um problemas. Fascinante antes de mais porque até meados do século XVI vemos surgir de uma forma implí-

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹ Henri CORDIER na *Biblioteca Sinica: Dictionnaire Bibliographique des ouvrages relatifs a l'empire chinois*, Paris, 1904-1924, 5 vols., na pág. 2062 do vol. III começa com Galeote PEREIRA a secção de «Voyageurs dans les temps modernes»: E. J. SPENCE, *The Chan's Great Continent: China in Western Minds*, Londres, Penguin Press, 1999, passa de Marco Polo a Galeote Pereira/«The Catholic Century», pp. 18/19. Também a mesma constante surge, embora atenuada, em obras como R. DAWSON, *The Chinese Chameleon: An Analysis of European Conceptions of Chinese Civilization*, Londres, Oxford U. Press, 1967, e Donald F. LACH, *Asia in the Making of Europe*, Chicago U. Press, 1965, vol. I e isto só para citar alguns dos mais relevantes estudos sobre a matéria. Por sua vez, N. CAMERON, *Barbarians and Mandarins: Thirteen Centuries of Western Travellers in China* (1970), Hong Kong, Oxford University Press, 1993, passa directamente de Tomé Pires a M. Ricci.

cita e ainda larvar múltiplos dados, ideias e mecanismos que vão ser constantes a partir dos finais do século XVI e ao longo do século XVII.

Os anos de 1499 a 1550 desenham pois fios de condução para paisagens que apenas na centúria e meia seguintes vão ser patentes.

Regra geral a historiografia tem votado pouca atenção a estes anos de informação europeia mais escondida e menos desenvolvida sobre a China Ming. Tudo se passa como se o conhecimento europeu moderno da China começasse nos anos de 1555-1556 com Galeote Pereira.

Múltiplas razões explicam esta penumbra na investigação historiográfica de referência. O nosso objectivo é contribuir para que os primeiros anos de quinhentos ganhem o lugar e função próprios na história do olhar europeu da China.

Vamos, antes de mais, reconhecer os textos fundamentais na sua ordem individual e rede de emergência e em seguida, procurar as constantes deste primeiro meio século de conhecimento europeu da China ².

II

Em Lisboa, a 10 de Julho e a 28 de Agosto de 1499 o mercador florentino Girolamo di Cipriano Sernigi (1453-depois de 1515) escreve para Florença cartas com as novidades orientais trazidas no regresso da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia.

Cartas que vão ser impressas em Vicenza, em 1507, por Francazano de Montalbodo nos *Paesi Novamente Retrovati et novo Mondo da Alberico Vesputio Florentino Intitulato*. Os Paesi vão ter ao longo da primeira metade de quinhentos várias reedições italianas (Milão, 1508, 1512 e 1519 e Veneza, 1517 e 1522) ³ bem como, em tradução latina em Milão, 1508, *Itinerariu Portugallésiu*, reeditada no *Novus Orbis*, Basileia, 1532, e em Paris no mesmo ano com duas tiragens, bem como, de novo em Basileia, 1537 ⁴. Em Nuremberga em 1508 surgem duas traduções alemãs e nova edição alemã em Estrasburgo, em 1534, a partir da tradução latina. bem como sete edições francesas em Paris, a partir dos anos de 1516 ou 1517. Ambas as cartas

² Tanto mais que nos últimos anos em línguas italiana e portuguesa surgiram estudos que começam a pesar os anos até 1550 como é o caso de G. BERTOLUCCIOLI e F. MASINI, *Italia e Cina*, Bari, Laterza, 1996, e Rui Manuel LOUREIRO, *Fidalgos, Missionários e Mandarins – Portugal e a China no século XVI*, Lisboa, F. Oriente, 2000, obra de 1994 que apresenta um sistemático inventário da massa documental portuguesa de quinhentos sobre a China.

³ Sobre este êxito editorial veja-se Francisco Leite de FARIA, *Estudos bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua época*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1977, pp. 266 e segs., e G. ATKINSON, *La littérature géographique Française de la Renaissance. Répertoire bibliographique*, Paris, Picard, 1927, pp. 24-27 e 32-34.

⁴ Veja-se *Itinerarium Portugallensium*, Ed. Luis de MATOS, Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1992.

são também reeditadas em italiano no volume primeiro de G. B. Ramusio, Veneza, 1550.

Na carta de 10 de Julho de 1499 surgem as primeiras informações europeias sobre as expedições oficiais da China Ming comandadas por Cheng-Ho nos anos de 1405 a 1433. São informações genéricas e confusas sem identificação da China e dos Chineses e que se referem a dados recolhidos em Calecute, que foi um dos portos do Índico visitados pelas armadas chinesas na primeira expedição de 1405-1407 bem como na terceira, de 1409-1411.

Girolamo Sernigi informa que:

«... e già girca a 80 anni che nella detta città di Chalicut Vennonno certi navili di cristiani brianchi co'capelli lunghi similli allí allamani, senza barba, salvo intorno alla bocca come portano in chostantinopoli e cavalieri e cortigiani; e smontonno in terra armati di corazza e capazetti e bavieri e con certe arme in aste. E detti navili portavano bombarde piu' corte, che quelle que si costumano; e dipoi ogni 2 onni una volta vi tornano com xx e xxv navili, e non sanno e detti che gente essi sieno né che mercantia portimo alla dita città, salvante panni lini molto fini e ottono lavoratti; e caricano di spezieri e vannoasene. Le quali navi portano 4 alberi cosi come queste di Spagna. Si fussino allamani mi pare ni aremmo qualche notizia puo esser che sieno rossi de Rossia, se gl'hanno porto di mare...»⁵

Sem identificação da China e sem qualquer precisão a Europa conhece a existência de homens brancos semelhantes que em expedições marítimas oficiais trocam manufacturas por especiarias no Índico Ocidental.

No mesmo quadro de informação oral e geral encontra-se a entrevista dada em Roma pelo presbítero Nestoriano José Indiano, natural de Cranganor, inserta também nos *Paesi Novamente Retrovati*, Vicenza, 1507, e que se refere à «gente do cataio»⁶.

No quadro das informações orais recolhidas em Calecute entre os finais de Maio e de Agosto de 1498 e chegadas a Lisboa entre Julho e Agosto de 1499, bem como dos indianos trazidos para Lisboa, encontram-se também as bases das cartas do rei D. Manuel.

A carta de el-rei D. Manuel ao cardeal D. Jorge da Costa, de 25 de Agosto de 1499, segue de Lisboa para Roma dando notícia diplomática do êxito da expedição de Vasco da Gama e referindo a existência de informação esmiuçada sobre também «... da Índia pera o sartãa e Tartaria, atee o Mar Mayor...»⁷.

⁵ Carmen M. RADULET, *Vasco da Gama: La prima Circumnavigazione dell'Africa 1497-1499*, Reggio Emilia, Diabassis, 1994, p. 174.

⁶ Tradução portuguesa in *Notícias de Missão e martírio na Índia e Insuíndia*, Ed. J. M. Santos ALVES, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 61-74.

⁷ *Carta de El Rey D. Manuel ao cardeal D. Jorge da Costa*, de 25 de Agosto de 1499, de Lisboa para Roma, in *Documentação para a História das Missões do Padroado português do Oriente*, Ed. A. Silva REGO, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1947, vol. 1, p. 8.

Um pouco menos imprecisa embora ainda muito genérica é a informação sobre a «grande China»/Malchina⁸ na carta de D. Manuel para os Reis Católicos de Lisboa, 28 de Agosto de 1501, dando conta da viagem de Pedro Álvares Cabral:

«... chama-se a terra Malchina, de onde vêm as porcelanas e almíscar e âmbar e lenho alois, que trazem do rio ganges que é aquém deles; e das porcelanas há vasos tam finos que um só vale lá cem cruzados...»⁹.

Uma versão desta carta, juntamente com outros elementos, que faz uma espécie de balanço das informações e resultados mercantis-geográficos alcançados pela coroa portuguesa entre 1501 e 1505 vai ser impressa em Roma e Milão em 1505 com o título *Copia de una littera del Re de Portugallo mandata al Re de Castella del viaggio e successo de India*¹⁰.

A concorrência entre as rotas do Levante e Atlântica, bem como a necessidade diplomática de engrandecer a Rota do Cabo são as responsáveis por estas primeiras informações da Europa sobre a China Ming.

Informações manuscritas e impressas que circulam nos centros políticos e comerciais de Lisboa, Roma e Florença. Informações imprecisas sobre uma China marítima e mercantil e grande potência manufactureira que a impressão e a tradução em lugares como Vicenza, Nuremberga, Basileia, Paris vai começando a divulgar.

Neste primeiro andamento informativo europeu sobre a China Ming cumpre ainda destacar dois textos de 1508 e de 1510. Textos de natureza bem diversa que se traduz também na sua condição de manuscrito/impresso. O primeiro é o manuscrito regimento do rei D. Manuel para Diogo Lopes de Sequeira, capitão-mor da armada, para Malaca, passado em Almeirim, a 13 de Fevereiro de 1508.

Trata-se de um documento interno à orgânica do estado marítimomercantil em que a coroa de Lisboa ordena a recolha sistemática de informação sobre a China a partir de Malaca:

«... preguntarees pellos chys e de que partes veem, e de cam lomge, e de quanto em quanto vem a mallaca, ou aos lugares em que trautam, e as mercadarias que trazem, e quamtas naos delles vem cada anno...»¹¹

⁸ Maha em sânscrito significa Grande, daí o termo Malchina/Grande China; veja-se H. YULE e A. C. BURNELL, *Hobson-Jobson: A Glossary of Colloquial...* (1903), N. Deli, Munshiran, 1994, p. 197.

⁹ Carta que el-rei nosso senhor escreveu a el-rei e à rainha de Castela seus padres da nova da Índia in História da Colonização Portuguesa do Brasil, ed. C. Malheiro DIAS, E. VASCONCELOS e R. GAMEIRO, Porto, litografia Nacional, 1923, vol. II, p. 167.

¹⁰ Ed. moderna por Carlos SANZ, *Bibliotheca America Vetustissima – ultimas adiciones*, Madrid, L. G. Victoriano Suarez, 1960, 2 vols., no volume I, pp. 385-400 (Roma), e pp. 403-418 (Milão). Tradução portuguesa com o título «Relação Italiana sobre os Descobrimientos Portugueses», 1505, in *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840*, Lisboa, C.E.H.U., 1962, vol. I (1497-1506), pp. 40 a 74.

¹¹ *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de Documentos que as elucidam*, Ed. A. Bulhão PATO, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1898, Tomo II, p. 416.

Depois do momento de arranque em que a recolha de informação sobre a China e a Ásia Oriental se fez em Calecute e no Índico Ocidental, a Europa sabe, por intermédio da Coroa de Lisboa, que Malaca e o Sueste Asiático permitem uma nova idade informativa sobre a China marítima-mercantil.

As informações recolhidas em Calecute, Cochim, Cananor, Coulaão, permitem o desejo de encontrar e concentrar em e a partir de Malaca um largo banco de dados. Permitem, ao mesmo tempo, elaborar um questionário, saber as perguntas a fazer em torno do universo marítimo-mercantil da China bem como sobre a sua condição social e política:

«... se teem mais de hum rey antre elles, e se vivem antre elles mouros ou outra alguma gente que nam vyva na sua lley ou crença, e se nam saam christãaos, em que creem, ou a que adoram...»¹²

Em Roma, em 1510, é publicado o *Itinerario de Ludovico de Varthema Bolignese nello Egipto, nella Surria, nella Arabia deserta et felice, nella Persia, nella India et nella Ethiopia*, que fecha esta primeira década com a informação menos imprecisa sobre a China Ming enquanto mundo marítimo-mercantil.

Ludovico de Varthema (c.1470-c.1517) partiu de Veneza para Alexandria nos anos de 1500 a 1502 e navegou no Índico recolhendo informação até às zonas de Malaca e Java, tanto nos circuitos asiáticos como portugueses regressando a Veneza em 1508 por via da Rota do Cabo¹³.

O *Itinerário*, de Ludovico de Varthema, teve na primeira metade do século XVI 12 edições italianas (em Veneza 7, em Milão 3 e em Roma 2). A tradução espanhola é de Sevilha, 1520, e aí volta a ser reeditado em 1523. A primeira edição alemã data de Augsburg, 1515, com novas edições em Estrasburgo em 1516, Frankfurt em 1517, 1548, 1549, e de novo em Augsburg em 1518 e 1549. A primeira edição flamenga é de Antuérpia, 1549.

Estas vinte e duas edições e traduções até 1550 e os centros editoriais em jogo que passam por Veneza, Sevilha, Frankfurt e Antuérpia revelam que estamos frente a um dos maiores êxitos editoriais da época. Sucesso editorial que envolve círculos de leitura políticos, mercantis e eruditos.

A obra apresenta uma abundante informação sobre as redes marítimo-mercantis chinesas e alguns dados sobre as relações tributárias do Sueste Asiático com o rei da China (Cini) sendo no entanto mais frequente o uso do termo equivalente «Gran Cane Cathai». É a propósito de Ayuthia, Pedir e Malaca que surgem as melhores informações sobre o comércio chinês de sedas e de especiarias:

¹² Cit., p. 416.

¹³ Vejam-se os estudos de P. GUIDICI, *Introduzione a Itinerario di Ludovico de Varthema*, Milão, Alpes, 1929, e de Pietro BAROZZI, «Ludovico de Varthema e il suo Itinerario», Roma, *Memorie della società geografica italiana*, 1996.

«... Malaca...a dita cidade fica em terra firme e é tributária do rei da China, que fez edificar esta terra há oitenta anos, por ter um bom porto, o principal do Mar Oceano...»¹⁴

III

Os anos que vão de 1511 a 1520 marcam, com a conquista portuguesa de Malaca em 1511 e o comércio regular dos portugueses entre Malaca e Cantão a partir de 1513, condições para uma nova idade informativa europeia sobre a China marítima e mercantil bem como sobre alguns elementos da organização política da China Ming.

O mercador florentino Giovanni da Empoli (1483-1517), ao serviço da companhia dos Gualterotti-Frescobaldi e nos circuitos asiáticos a partir da rota do Cabo dos portugueses nos anos de 1503-1504, 1510-1514 e 1515-1517, é o primeiro informador destas novas condições. Informações dadas através da carta de 12 de Julho de 1514 de Lisboa para o seu pai, Lionardo de Empoli, e da carta de Cochim para Lourenço de Medici, Florença, de 15 de Novembro de 1515, que será impressa em Florença, 1516¹⁵.

Na carta de 1514, G. de Empoli fornece várias informações sobre o comércio chinês em Malaca e na Ásia do Sueste apontando as redes e produtos como o ruibarbo, almíscar, aljôfar e sedas. As informações finais da carta concentram-se no mundo marítimo-mercantil da Ásia Oriental com as ligações de «... Cini, Lechi e Chori...»¹⁶.

Nesta carta surge a identificação explícita entre o Cataio e a China: «... il re de Cini, che si chiama il gran chane di Chattaio...»¹⁷ Aquilo que em L. de Varthema e em Tomé Pires é equivalência genérica de espaços entre a China Yuan e a China Ming torna-se nesta carta manuscrita de Giovanni da Empoli identificação.

As familiaridades entre o Cataio e a China, detectadas por estes autores, exprimem o peso e a circulação de manuscritos e impressos da obra de Marco Polo na Europa dos inícios de quinhentos desde a primeira edição em Nuremberga, 1477, até à edição de Santaella, Sevilha, 1503, passando pela versão latina de Pipino em Antuérpia, 1485, e pela edição portuguesa de Valentim Fernandes, Lisboa, 1502¹⁸.

¹⁴ Ludovico de VARTHEMA, *Itinerario*, ed. Vincenzo Spinelli, Lisboa, I. A. Cultura, 1949, p. 189.

¹⁵ Carta de Giovanni da Empoli a Lionardo da Empoli, Lisboa, 12 de Julho de 1514, in M. SPALLANZANI, *Giovanni da Empoli, mercante navigatore fiorentino*, Florença, Scelte, 1984, p. 184.

¹⁶ Sobre a vida e obra deste mercador veja-se: Marco SPALLANZANI, *Giovanni da Empoli, mercante navigatore fiorentino*, Florença, Scelte, 1984; Laurence A. NOONAN, *John of Empoli and his relations with Afonso de Albuquerque*, Lisboa, I.I.C.T., 1989, e G. BERTUCCIOLI e F. MASINI, *Italia e Cina*, Bari, Laterza, 1996, pp. 84 e segs. bem como a bibliografia aí indicada.

¹⁷ Cit., p. 181.

¹⁸ Veja-se Juan GIL, *El Libro de Marco Polo* anotado por Cristoból Coloniel Libro de Marco Polo versión de Rodrigo de Santaella, Madrid, Alianza, 1987.

Na carta de 1515 de Cochim para Florença, e que é bom não esquecer aí foi impressa em 1516, G. Empoli amplia a informação sobre o mundo marítimo-mercantil chinês ao mesmo tempo que comunica à Europa a chegada dos portugueses ao litoral da província de Guangdong: «... anchori hanno discoperto la cina, ove é suto homini nostri che qui stanno... la quale vie la magior richetie et cose del mondo...»¹⁹

Um outro mercador florentino, Andrea Corsali (1487-depois de 1524), que embarcou de Lisboa para a Índia em 1515, escreve de Cochim, onde reside, nos anos de 1516 e 1517, duas cartas para Florença com também novidades sobre a China marítimo-mercantil e as actividades dos portugueses nos mares da China²⁰.

Esta constante atenção informativa e editorial italiana, que veremos em seguida ainda mais reforçada através de traduções e edições de autores portugueses sobre a Ásia, está directamente ligada à concorrência entre as rotas do Levante e do Cabo, aos jogos diplomáticos de Lisboa, Roma, Veneza e à participação comercial e financeira italiana (bem como aos circuitos da prata alemã) na expansão portuguesa na Ásia. São estes vínculos económicos e políticos feitos de concorrência e de parceria entre diversos interesses e poderes europeus, que possibilitam a aceleração e a divulgação do novo e melhor conhecimento europeu das sociedades e economias asiáticas e neste caso específico da China marítima e mercantil.

A geografia europeia da concorrência e da parceria em torno do comércio euroasiático apresenta uma larga sintonia com a geografia editorial europeia de produções culturais e informativas sobre a Ásia.

A primeira carta de A. Corsali, de Cochim, em Janeiro de 1516, para Guiliano de Medici (1479-1516), será impressa em Dezembro do mesmo ano em Florença, *Lettera di A.C. allo illustrissimo signore duca Iuliano de Medici*. A segunda, de Cochim, completada em Janeiro de 1518 e enviada a Lorenzo de Medici (1492-1519), apenas será impressa em Veneza, 1550, por G. B. RAMUSIO (1485-1557), no primeiro volume do *Delle Navigationi et Viaggi*, a obra monumental da informação europeia sobre a Ásia²¹.

As cartas de A. Corsali transmitem mais alguns dados sobre aspectos da vida chinesa bem como a novidade da chegada dos portugueses ao comércio de Cantão:

«... Sono molto industriosi e di nostra qualità, ma di piú brutto viso, con gli occhi piccoli. Vestono a costume nostro e calzano con scarpe e calzamenti come noi... quest'anno passato navigarano alla cina nostri Portog-

¹⁹ Cit., pp. 202-203.

²⁰ Veja-se Marco SPALLANZANI, *Mercanti fiorentini nell'Asia portoghese (1500-1525)*, Florença, Spes, 1997, pp. 81 a 96.

²¹ As duas cartas publicadas por Ramusio encontram-se nas páginas 176-188 do primeiro volume da edição de 1563. Giovanni Battista RAMUSIO, *Navigationi et Viaggi-Venice 1563-1606*, Ed. A. SKELTON e G. B. PARKS, Amesterdão, Theatrum Orbis Terrarum, 1967-1970, 3 vols.

hesi, quai non forno lasciati scentere in terra... forestieri non emtrimo nelle loro abitazioni...»²²

Informações pontuais sobre a China, impressas em língua italiana, «... popoli cini che son bianchi come noi...» (A. Zorzi), surgem também nos círculos humanistas, como vemos no caso da informação de Alessandro Zorzi, de Veneza, 1517²³. Alessandro Zorzi é um humanista e cartógrafo veneziano que, pelo menos até 1538, elabora cinco códices de recolha sistemática de informação geográfica sobre a expansão marítima de portugueses e de espanhóis.

Em Lisboa, Florença e Veneza a partir de Cochim e de Malaca concentra-se e organiza-se toda uma nova informação europeia asiática que contempla cada vez mais dados sobre a dimensão marítima e mercantil da China Ming no Nanyang. O que vai chegando aos centros e aos círculos dos poderes político, económico e cultural da Europa é no entanto apenas uma parte da informação recolhida e organizada nos centros asiáticos do poder mercantil e informativo português como Cochim, Cananor e Malaca.

É nesses centros, e muito em especial nos círculos dos burocratas letrados do estado mercantil português, que a informação geográfica e antropológica sobre a China atinge níveis superiores de quantidade e de qualidade. Pela primeira vez passamos de informações europeias isoladas sobre este ou aquele aspecto da aparência física de chineses ou das suas actividades mercantis e manufactureira para uma primeira formulação desenvolvida sobre a China Ming / O Grande Reino da China.

A China como entidade própria, como realidade individual e única no recorte global da Ásia, começa a emergir lentamente no saber dos europeus com as obras de Duarte Barbosa e Tomé Pires²⁴.

O *Livro das Coisas da Índia*, do escrivão da feitoria de Cananor, Duarte Barbosa, e a *Suma Oriental*, do vedor da fazenda de Malaca, Tomé Pires, escritos respectivamente entre os anos de 1511-1516 e 1512-1515, são as primeiras geografias europeias sistemáticas e globais da Ásia.

Uma Ásia essencialmente marítima, litoral e mercantil, como é natural nos horizontes de informação e de interesse de funcionários da coroa ligados à lógica do «Estado da Índia». Mas uma Ásia também já com uma informação política e cultural por vezes relevante.

²² G. B. RAMUSIO, *Navigazioni et Viaggi*, ed. M. Milanese, Turim, Einaudi, 1979, vol. II, p. 35.

²³ Informatione havuto do Alexandre da Portogalese, 1517 In Venecia, ed. Francisco LEITE e Teixeira da MOTA, *Novidades Nauticas e Ultramarinas numa informação dada em Veneza, 1517*, Lisboa, J.I.C.U., 1977, pp. 16-23.

²⁴ Sobre a vida e a obra destes autores, veja-se Luís Filipe BARRETO, *Descobrimientos e Renascimento*, Lisboa, I. Nacional, 1982, pp. 143-168, e Duarte Barbosa e Tomé Pires: «Os autores das primeiras Geografias Globais do Oriente», in *Entre dos Mundos: Fronteras Culturales y Agentes Mediadores*, Coord. B. QUEIJA e Serge GRUZINSKI, Sevilha, CSIC, 1997, pp. 177-191, bem como a bibliografia aí indicada.

Obras, uma vez mais, manuscritas em português com uma circulação restrita de poucas cópias na corte de Lisboa e nos centros da Ásia (Cochim, Goa, Cananor, Malaca). Cópias manuscritas, que em especial no caso de Duarte Barbosa, circulam também por centros como Sevilha, Florença e Veneza.

Obras que vão ter, ao longo da segunda metade de Quinhentos, uma larga difusão europeia, graças à edição italiana que de Tomé Pires é tão-só parcial ficando manuscritos os dados mais relevantes sobre a China, no primeiro volume de G. B. RAMUSIO, *Delle Navigazioni et Viaggi*, Veneza, 1550²⁵.

O facto de estas obras globais da Ásia e do Índico litoral e mercantil terem sido criadas em tão poucos anos significa que existe já em Cochim, Cananor e Malaca um vasto conjunto de cartas-relatório, notas e apontamentos de viagem, materiais asiáticos de informação acumulados e organizados de forma satisfatória. Por outro lado, o ritmo rápido na elaboração e a segurança na informação destas sínteses portuguesas significa que as parcerias culturais com os saberes asiáticos começam a ser uma realidade produtiva.

Ao longo da segunda metade de Quinhentos, as obras de Duarte Barbosa e de Tomé Pires vão ter impacte em vários círculos de conhecimento europeu sobre a Ásia. São, antes de mais, altos instrumentos de informação para os centros de decisão e de risco político, comercial e financeiro. São, no entanto, também enciclopédias para os humanistas e os quadros eruditos que produzem geografia e história.

O facto de este nosso capítulo terminar em 1550 e de as obras de Duarte Barbosa e de Tomé Pires terem tido o grande impacto exactamente na segunda metade de quinhentos parece, à primeira vista, desaconselhar o tratamento das mesmas. Contudo, a escolha do ano de 1550 para fechar um primeiro andamento no conhecimento europeu sobre a China passa também e decisivamente pelo facto de as obras de Duarte Barbosa e de Tomé Pires atingirem então a impressão.

Passa também pelo facto de ser nas edições de G. B. Ramusio que se vai começar a constituir um conhecimento europeu impresso e alargado sobre as viagens europeias medievais à China Yuan com a importante edição de Marco Polo na edição de 1559 e a primeira impressão da *Historia Mongolarum*, de Giovanni di Pian Carpino (1182-1252), na segunda edição do volume segundo do *Delle Navigazioni et Viaggi*, Veneza, 1574.

Para além desta difusão de uma China medieval na Europa da segunda metade de Quinhentos, acompanhando as informações sobre a China Ming, o post-1550 vê surgir os primeiros impressos europeus exclusivamente sobre a China Ming. Em Coimbra, 1555 aparece a «Informação Anónima», e em Veneza, 1561, o *Tratado de Galeote Pereira*, escrito em Malaca por volta de 1555.

²⁵ A obra de Duarte Barbosa com o título «Libro Diodoardo Barbosa Portoghese» ocupa as páginas 349v-364r e a impressão, muito parcial e anónima de T. Pires, surge nas páginas 364v-371v, com o título «Sommario di Tutti il Regni, Citta, e Popoli Orientali».

O fenómeno de as duas mais importantes e abundantes informações europeias sobre a China, ao longo da primeira metade de Quinhentos, terem sido alcançadas nos anos de 1511 a cerca de 1516 e apenas impressas em 1550 é para nós um factor decisivo. Decisivo não apenas na definição de uma data-limite de um ciclo do conhecimento europeu que é sempre relativa mas sobretudo de um fenómeno que vai progredir nas décadas seguintes. Trata-se da diferença entre a China manuscrita que a Europa dos restritos círculos dos poderes político, comercial, religioso vai conhecendo, e a China impressa feita de informações menos actualizadas e precisas que no post-1550 alcança círculos mais alargados de leitura.

O *Livro das Coisas da Índia*, de Duarte Barbosa, para além de variada informação sobre as redes mercantis de articulação do Índico e do Sueste Asiático à China apresenta um pequeno capítulo sobre «Il Gran Regno della China». Logo de entrada somos alertados para as condições de recolha informativa que permitem a Duarte Barbosa escrever este sumário sobre a China Ming.

O autor, radicado em Cananor, Calecute e Cochim, tem uma experiência pessoal do Índico Ocidental que não só lhe invalida a vivência do Nanyang e dos mares e litorais da China como lhe impossibilita o acesso a uma informação escrita especializada:

«... la costa, che va da Mallaca alla China verso tramontana, delle quali no ha potuto havere quello particular noticia ch'io desideravo...»²⁶

A informação sobre a China, avançada por Duarte Barbosa, é resultante de uma recolha nos circuitos mercantis indianos, islâmicos e hindus, que estão activos no comércio do Índico com os mares da China:

«...ma di quello che sono per scrivere al presente, mi sono informatto da quattro, fra moro & gentili, huomini di gran credito, & gran mercanti, che sono stati piu volte nel paese della China li quaui mi hanno detto...»²⁷

Nos anos de 1511 a 1516 a melhor informação europeia sobre a China alcançada no Índico Ocidental assenta em inquéritos, apontamentos retirados da oralidade, dos círculos mercantis asiáticos. Entrevistas conduzidas por um europeu junto de mercadores indianos ligados ao comércio marítimo intra-asiático do Índico Ocidental para o Sueste Asiático e os mares de Cantão.

O que Duarte Barbosa comunica antes de mais é a grandeza da China, a Malchina do sânscrito, que a carta de D. Manuel de 1501 julgava ser topónimo:

²⁶ «Libro di Odoardo Barbosa Portoghese», in *Delle Navigatione et Viaggi*, G. Battista RAMUSIO, Primo volume, Veneza, 1563, p. 320.

²⁷ Cit., p. 320.

«... China, nel quale vi'è un grandissimo signor di gentili, cosi lungo la costa del mare como dentro fra terra, che ha molte isole in mare habitate da gentili á sua obbedienza...»²⁸

China politicamente organizada e hierarquizada através de uma diferenciada burocracia estatal centralizada: «... nelli quali tien il re della China li suoi governatori, & ufficiali á sua elezione...»²⁹

China politicamente organizada também no campo das relações externas através de alguma informação, ainda que bastante ligeira sobre as embaixadas tributárias e as intendências do comércio marítimo:

«... il re... fa residencia di continuo dentro fra terra in grandi & ricche città, alle qual nessun to forestter viu puo'andare, solamente puo negoziare nei porti di mare & nel isole: & s'alcuno ambaciadore di altro re vuol venire á parlargli, bisogna che venga per mare, & che esso lo sappia perche ordina il luogo, dove ei debba andare a parlargli...»³⁰

As zonas de informação mais abundante neste capítulo de Duarte Barbosa sobre «O Grande Reino da China» dizem respeito à economia chinesa, em especial à mercantil e manufactureira que se estende para o Sueste Asiático e o sistema do Índico bem como a dados sobre as formas de vida e os padrões físicos e comportamentais das populações chinesas.

Em termos físicos e comportamentais os chineses surgem claramente valorizados: «... son huomini bianchi... & gentil'huomini di costumi cortesi & similmente sono le donne bella...»³¹

São sumariados também elementos sobre o vestuário, a língua e os modos de alimentação:

«... non toccano le viuande che gli sono posto avati co le mani, ma mangiano con una tanaglietta d'argento; ó di legno & il piatto, ó vero porcellana, in che e la viuanda, la tengono nella mano sinistra molto apresso la boca, & con quelle tanagliette molto in fretta mágiano... mangiano similmente carne di cane, la qual hanno per molto buona...»³²

Em Duarte Barbosa, através de exercícios comparativos e contrastivos, vai-se estabelecendo a ideia de uma China exótica mas de alto desenvolvimento. Uma China polida. No quadro da informação económica o destaque vai para os métodos de produção da porcelana:

«... fanno in questo paese gra quantítá di porcellane di diversi sorti, & molto belle & fine, che é apressi di loro gran mercantia per tuto le parti et le fanno in questo modo...»³³

²⁸ Cit., p. 320.

²⁹ Cit., p. 320.

³⁰ Cit., p. 320.

³¹ Cit., p. 320.

³² Cit., pp. 320 e 321.

³³ Cit., p. 321.

O universo das sedas e dos restantes têxteis e manufacturas vai compondo a paisagem económica da China em Duarte Barbosa que finaliza com dados sobre os juncos e as margens de lucro na rede marítimo-mercantil que liga a China ao Índico:

«... Pepe di samatra, di Malabar del qual ne consumano gran quantítá nella China, & delle droghe di Cambai, et maxime e anfiam, che noi chiamiamo opio...»³⁴

No *Livro das Coisas da Índia*, de Duarte Barbosa, encontramos novos elementos informativos sobre a China Ming mas, acima de tudo, uma organização sistemática de dados anteriormente dispersos e breves captados no Índico Ocidental.

A *Suma Oriental*, de Tomé Pires, escrita em Malaca e Cochim nos anos de 1512 a 1515, forma a mais abundante e precisa informação europeia da China ao longo de toda a primeira metade de quinhentos. E em certos aspectos é mesmo da melhor informação europeia sobre a China marítimo-mercantil, do Nanyang ao Guangdong, até ao século XVIII.

A quantidade e a qualidade destes dados numa obra dedicada ao Rei/Coroa indiciam uma espécie de enciclopédia do Estado português da Índia. A condição manuscrita da *Suma Oriental* é pois um objectivo estratégico para esse estado mercantil não admirando que as cópias manuscritas em circulação³⁵ e o impresso sejam versões muito sintéticas e bem menos valiosas informativamente.

A localização da recolha informativa em Malaca, a posição institucional e os interesses intelectuais do autor formam as razões-chave da riqueza informativa, no plano marítimo-mercantil, da *Suma Oriental*.

Tomé Pires é um aristotélico, «... naturallmentte os homees desejam saber como o testefiça o mestre da filosofia...»³⁶ afirma no início da obra, no prólogo a el-rei, fazendo uma intertextualidade directa com o início da *Metafísica* de Aristóteles: «Todos os homens desejam naturalmente saber.» (*Metafísica*, A, 1, 980 a.)

O aristotelismo renascentista, feito de naturalismo empírico, atravessa toda a *Suma Oriental*. A filosofia económica da obra:

«... o quall trato de mercadoria he tam necessario que sem elle nom se sosteria o mundo este he o q nobrece os regnos que faz grandes as jemtes & nobelita as cidades & o q faz a guerra & a paaz...»³⁷

³⁴ Cit., p. 321.

³⁵ Veja-se Rui Manuel LOUREIRO, *O Manuscrito de Lisboa da «Suma Oriental» de Tomé Pires (contribuição para uma edição crítica)*, Macau, IPOR, 1996.

³⁶ A «*Suma Oriental*» de Tomé Pires e o *Livro de Francisco Rodrigues*, ed. A. CORTESÃO, Coimbra, I. Universidade, 1978, Prólogo, p. 129.

³⁷ Cit., Livro VI, p. 405.

está presa à *Ética Nicomaqueia* de Aristóteles e em especial ao livro v, em que se afirma a moeda e o comércio como os elos de ligação da sociedade. Este peso dos «Sabedores datenas» (T. Pires) alia-se a um realismo empírico do passar, experimentar, ver, que leva a um criticismo em busca da verdade: «... e esta he a verdade que depois tirei a limpo...»³⁸

Criticismo que se abate sobre o saber europeu dos antigos e dos modernos em torno da Ásia. Saber tradicional acusado de falta de verdade por ausência de conhecimento experiencial directo que no terreno permite pesar e organizar os diferentes campos informativos³⁹.

Criticismo e polémica cultural e erudita de Tomé Pires presente também nos dados sobre a China. A propósito do ritual das embaixadas ao imperador da China. Tomé Pires afirma:

«... Esta he a vrdade & nom como diziam q estavam quatro homeens assem-tados a vista & falava com todos sem saberem quall he o rey...»⁴⁰

A China alcançada pelos europeus é uma resultante dos acontecimentos económicos e políticos euroasiáticos, das concorrências e parcerias de interesses e de saberes asiáticos e euroasiáticos mas é também, e muito, nalguns casos, uma resultante do próprio quadro de conhecimento do europeu.

Tomé Pires é um burocrata mercador com alguma formação erudita do tipo humanista. Esse quadro prévio permite-lhe uma recolha informativa mais crítica e criteriosa do que outros, bem como uma superior capacidade organizativa e expositiva dos materiais.

Os pontos altos do conhecimento europeu sobre a China Ming resultam tanto da regularidade e dos contactos marítimo-mercantis entre europeus e chineses como da entrada na matéria de quadros europeus mais eruditos. Quadros com maior formação teórica e cultural, como já se nota com Tomé Pires e começaremos a ver ainda mais claramente a partir da década de 1540, com as elites universitárias humanistas e jesuítas.

A informação de Tomé Pires sobre a China assenta nas parcerias marítimo-mercantis estabelecidas a partir de Malaca com malaios, javaneses, chineses ultramarinos radicados na Ásia do Sueste e gentes do Sião. Assenta também nos *Luções* (T. Pires), chineses no Luzon, e em Léquios, bem como em dados recolhidos pelos portugueses nos mares e litorais da Ásia do Sueste a Guangdong:

³⁸ Cit., Livro VI, p. 132.

³⁹ «... discrepante a cosmogija Fradansellmo e Tolomeu e outros nom pareça novjdade por que or taees mais por novas que por ptiga o sentirom nos qa tudo pasamos espementamos & vemos...», cit., p. 133.

⁴⁰ Cit., p. 255. A falsa versão criticada por Tomé Pires surge, por exemplo, nas Cartas de Andrea Corsali.

«... as nosas náos a Jaõa a bamdam á china jumco e a patee e paleacate agora vam a timor por sandollos & vam a outras partés foy ja noso jumco a peguu ao porto de martamiane...»⁴¹

A partir desta imensa rede informativa, sem qualquer paralelo anteriormente, Tomé Pires organiza os dados sobre a China Ming desde uma primeira visão global e geral da China como entidade individual até ao sistema comercial de Cantão, que é pormenorizadamente exposto.

A grande China é o tópico de abertura. Grande e polida China que a comparação com Portugal apenas favorece e engrandece:

«... fazem as cousas da China grandes asy na terra como jemtes riquezas pompas estados & contas outras que mais se creia com verdade averemse em noso Portugall q nom na Chyna...»⁴²

Seguem-se elementos básicos sobre o aspecto físico, a alimentação e o vestuário da população chinesa: «... sam de nosa alvura & delas tem os olhos pequenos & outs grandes e narizes como ham de ser...» (Tomé Pires). Em seguida começam novidades para o horizonte europeu de informação sobre a China Ming. Surge o termo capital do norte, «Peqim», assim baptizada em 1403, e que é identificada a «Cambara»/Cambalique, a capital da China Yuan/Cataio. Surgem listas dos reinos tributários com, pela primeira vez também em línguas ocidentais, o termo «Jampon»/Japão palavra portuguesa a derivar do chinês «Jipan» e do malaio «Jepun» para significar «sol nascente».

É dado um significativo passo em frente na informação sobre o comércio tributário:

«... el rey de Jaao ell rey de Siam ell rey de Paçée el rey de malaqa estes mandam seus embaixadores com o sello da China a ell rey da China de cimqo em cimqo annos & de dez em dez annos & cada huu lhe manda do melhor de suas terás do q sabem que la quere...»⁴³

A propósito das embaixadas e do sistema político chinês surge o termo «mandaris» e «mandarim» para definir os «oficiaes», a burocracia estatal⁴⁴. Em Tomé Pires, além de novos horizontes informativos sobre a China Ming, começamos a ver nascer todo um vocabulário português/europeu de fonetização do chinês, «... nantoo e quantom e chamcheo...»⁴⁵. Um vocabulário

⁴¹ Cit., Livro V, p. 437.

⁴² Cit., Livro IV, p. 252.

⁴³ Cit., Livro VI, p. 254.

⁴⁴ Sobre este termo, de provável origem mista sânscrito, malaio e português, veja-se Henry YULE e C. BURNELL, *Hobson-Jobson: A Glossary of Colloquial ...* (1903), N. Deli, Munshiran, 1994, p. 5550 a 5552.

⁴⁵ Cit., Livro VI, p. 359.

e uma toponímia, com base nas línguas da Ásia do Sueste e da Ásia Oriental que objectivam os enunciados europeus. É na *Suma Oriental* de Tomé Pires que encontramos pela primeira vez uma fonetização sistemática em especial do cantonense (*quantom, oquem, namtoo*). Este fenómeno marca um grau mais avançado de objectividade e de especialização na informação europeia e revela, ao mesmo tempo, o peso das parcerias luso-asiáticas e a força do próprio conhecimento asiático na elaboração do conhecimento europeu sobre a Ásia.

A propósito de Cantão surge em Tomé Pires toda uma desenvolvida informação sobre o sistema marítimo-mercantil de ligação da Ásia do Sueste aos mares da China:

«... quantom que he mór que todos e omde he o trato destas ptes...a cidade de quantom he omde o regño todo da China descarregua suas mercadorias todas e asy da terra firme como do mar...aquem de quantom pa malaqa trimta leguas estam huuas ilhas junto com a terra firme de namtoo homde estam os portos ja detremjnados de cada nação...»⁴⁶

Informação marítimo-mercantil dos produtos, taxas e moedas. Dos mecanismos portuários, das rotas e das percentagens de lucro nos jogos da troca. Informações sobre «grande mercadoria amtre os chijs... a pimcipal mercadoria he pimenta...». Dados sobre a potência manufactureira das sedas, porcelanas e mil e uma mercadorias que fazem do mundo litoral da Ásia do Sueste e da China um articulado sistema: «... atee qmtom porq esta he a chave do reino da Chyna...»⁴⁷

Tanta riqueza e potencialidade marítimo-mercantil acaba por levar o funcionário do Estado da Índia a propor uma conquista militar dos litorais da província de Guangdong, uma investida ao estilo de feitoria-fortaleza do Índico e do estreito de Malaca:

«... nom tiramdo a groria a toda terra bem parecem as cousas da Chyna serem de terra honrrada & boa & riqa mujto & pa o sojugar o guoverfiador de Malaqa a obodiencia nosa avija mester nom tanto como dizem por que he jemte mujto fraca he ligeira de desbaratar e afirmam as pas capitáees que mujtas vezes foram la que com dez naaos sojugaria ho governador das jmdias que tomou malaca toda a china nas beiras do mar...»⁴⁸

Também no tópico da conquista dos litorais da China, conquista desejável e acessível segundo os dados, Tomé Pires abre caminhos de larga continuidade ao longo de Quinhentos. O desejo da conquista, temporal ou espiritual, da China faz parte da imagem e do conhecimento europeu da China.

⁴⁶ Cit., Livro VI, pp. 360, 361, 362.

⁴⁷ Cit., Livro VI, p. 368.

⁴⁸ Cit., Livro VI, p. 368.

Na *Suma Oriental* de Tomé Pires encontramos a melhor informação europeia sobre a China alcançada nos anos de 1512 a 1515 na Ásia do Sueste e nos mares e litorais de Cantão.

O *Livro das Coisas da Índia* e a *Suma Oriental* fundam uma primeira imagem europeia da China Ming. A China como entidade própria, como realidade individual e única. Ambas as obras organizam e potenciam também os diferentes dados à mão existentes nos circuitos mercantis respectivamente do Índico Ocidental e do eixo Malaca-Cantão.

Estes anos de construção, no banco de dados europeu, de uma primeira individualidade da China, no plano da geografia descritiva e antropológica, são também, no plano da cartografia e da roteirística, anos do nascimento de um saber individualizado e especializado sobre a China.

Não temos como objectivo neste momento o estudo da cartografia europeia dos litorais da China, que é uma cartografia náutica em estreita implicação com a roteirística⁴⁹. Não podemos contudo deixar de assinalar que em Malaca, cerca de 1512, o navegador e geógrafo Francisco Rodrigues compõe um, *Livro de Geografia Oriental*, onde se encontram as primeiras cartas europeias particulares do litoral da China, com destaque para Cantão/«cidade Chyna». Francisco Rodrigues é também o primeiro europeu a escrever um roteiro sobre a navegação nos mares da China, de Malaca a Cantão, intitulado *Camynho da Chyna*.

Francisco Rodrigues recolheu estas informações na Índia, em Banda e Malaca. São dados concretos e precisos, fruto do contacto com pilotos e cartógrafos. Em especial, chineses e javaneses. As suas cartas são junções da cartografia chinesa com as cartas rumadas e o seu roteiro é uma tradução e versão portuguesa da roteirística asiática.

Com Francisco Rodrigues, Tomé Pires e Duarte Barbosa a China Ming ganha um corpo e lugar específicos no universo do saber europeu sobre a Ásia. Ganha cada vez mais uma individualidade própria, especializada e aprofundada enquanto China litoral, marítima e mercantil.

Os anos de 1518 a 1530 não trazem qualquer desenvolvimento significativo no conhecimento europeu da China e dos chineses enquanto geografia descritiva e antropológica⁵⁰.

As dificuldades no relacionamento político luso-chinês, o édito imperial de 1522 de expulsão dos «Fo Lang Chi», ou seja, dos violentos bárbaros portuguesas na terminologia oficial chinesa e o recuo do comércio marítimo

⁴⁹ Sobre a cartografia náutica portuguesa dos mares e litorais da China, veja-se Albert KAMMERER, *La Découverte de la Chine par les Portugais au XVI siècle et la Cartographie des Portulans*, Leida, E. J. Brill, 1944, e Luís Filipe BARRETO, *Macau: Cartografia do Encontro Ocidente-Oriente*, Macau, CTCDP, 1995, e *Cartografia de Macau – Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Missão de Macau, 1997.

⁵⁰ São no entanto anos de desenvolvimento na cartografia europeia manuscrita da China, em especial em Sevilha com os Planisférios de 1525, 1527 e 1529, do cartógrafo português Diogo Ribeiro.

entre portugueses e chineses para níveis muito baixos, anos de 1522 a 1528, e acima de tudo para redes asiaticadas e informais constituem as razões fundamentais para este quase grau zero de escrita.

Existe na ordem dos acontecimentos marítimos e mercantis uma situação que inviabiliza, em larga medida, a regularidade e a frequência de contactos e que afecta as parcerias euroasiáticas que constituem os canais de abastecimento da informação europeia. Por outro lado, os mercadores letrados e acima de tudo os burocratas letrados do aparelho de estado mercantil português tinham chegado, no terreno, a um ponto máximo de exploração da informação asiática e portuguesa disponível sobre a China.

Fruto deste quadro de bloqueio voltamos a encontrar, ao longo desta década, um regresso da informação fragmentária sobre os chineses e a China. Dados ligeiros em cartas como a de Martim Afonso de Melo para o rei D. Manuel de Cochim, a 14 de Novembro de 1521⁵¹. Informação ligeira também obtida a partir da rede marítimo-mercantil islâmica do Sueste Asiático como vemos, em *Francisco António Pigafeta* (1491-1534).

Pigafeta, natural de Vicenza, acompanha a expedição de circum-navegação do português Fernão de Magalhães ao serviço de Castela. As notas tomadas na viagem de 1519 a 1522 são desenvolvidas na relação impressa em 1522 em latim em Roma e Colónia em 1523, também com edição parcial francesa, «*Le Voyage de Navigation aux Ilés Molúque*», Paris, 1522, e edição italiana em Veneza, 1536 com o título «*Il Viaggio fate dali spagnoli atorno al mundo*».

Nas cartas de Martim Afonso de Melo para o rei, de 1521 e 1523, como em outras cartas para o mesmo destinatário como a de Diogo Calvo de 1527 todas escritas depois de viagens aos litorais da China não encontramos qualquer progressão, quantitativa ou qualitativa, na informação europeia sobre a China⁵². No entanto, estes pedaços de informação habitual e residual repetida sob forma manuscrita ou impressa vão estabelecendo, cada vez mais, em Lisboa, Paris, Veneza, Sevilha o tópico da grandeza e riqueza da China: «... a grande China cujo rei é o mais poderoso príncipe da terra...» (F. Pigafeta), e «... debaixo do sol tão riqua terra não há como a China...» (Diogo Calvo).

⁵¹ Informação marítimo-mercantil ligeira e pensada em termos estratégicos para a Coroa de Lisboa: «... eu trabalhey quamto pude por saber asy de symao d andrade como dos que verão em sua companhia por alguas cousas da Chyna de que compria avisar vosa alteza», in Carta de Martin Afonso de Melo para o Rei de Cochim a 14 de Novembro de 1521 editada por Ralph Bishop SMITH, *Martim Afonso de Melo captain major of the portuguese fleet which sailed in China in 1522*, Bethesda, Maryland, Decatur Press, 1972, p. 6.

⁵² Sobre as informações destes anos, veja-se J. Paulo Oliveira e COSTA, «Do Sonho Manuelino ao Realismo Joanino», *Stvdia*, Lisboa, n.º 50, 1991, pp. 121-156.

IV

De 1531 a 1540 mantém-se o predomínio da informação pontual, fragmentária e repetida em torno da grandeza marítima e mercantil da China Ming. Mas nos anos 1534 e 1536 temos dois relatórios enviados de Cantão para certamente Malaca, Cochim e Lisboa que são as primeiras obras escritas por europeus na China Ming.

As cartas de Cantão de Cristóvão Vieira em 1534 e de Vasco Calvo em 1536 ficaram manuscritas na época⁵³. Tiveram uma muito restrita circulação e um quase nulo impacte no banco de dados europeus⁵⁴.

Tirando a informação usada por João de Barros estas cartas pouco ou nenhum impacte informativo tiveram embora sejam os primeiros textos europeus escritos da China Ming que chegaram à Europa.

As razões para esta muito baixa difusão, manuscrita e impressa, prendem-se com a natureza dos próprios textos e a condição dos próprios autores. As cartas são relatórios clandestinos de prisioneiros. Relatórios confidenciais-secretos do Estado marítimo-mercantil português. Relatórios em torno dos obstáculos no comércio português com o litoral da China e nas soluções para a abertura desse mesmo comércio marítimo.

Os autores são funcionários ou membros do Estado da Índia aprisionados em Cantão pelas autoridades chinesas. Cristóvão Vieira desembarcou na província de Cantão em 1517 na embaixada de Tomé Pires e está prisioneiro na China desde 1521. Vasco Calvo é um nobre mercador aprisionado em Cantão também em 1521 e junto aos prisioneiros da embaixada de Tomé Pires.

Estas cartas relatórios não são inquérito geográfico-antropológico sobre a China e os chineses nem recolha de novidades sobre o tecido marítimo-mercantil. Possuem também esta informação mas são, sobretudo, relatórios

⁵³ O número de cópias manuscritas deve ter sido bastante reduzido pois apenas conhecemos hoje a da B. N. Paris. Em Lisboa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (*Fragmentos*, maço 24) existe um importante fragmento da carta original de C. Vieira, escrita em Cantão, em papel chinês e a tinta da China, publicado por E. A. VORETZSCH, «Documento acerca da Primeira Embaixada Portuguesa à China», in «Relações entre Portugueses e Japoneses», *Boletim da Sociedade Lusó-Japonesa*, Tóquio, 1929, n.º1, pp. 50 a 69. O facto de ser apenas J. Barros e não qualquer outro a referir-se às Cartas indicia a sua não circulação fora do restrito círculo do poder central da Coroa/Lisboa. É bom não esquecer que o humanista e historiador João de Barros foi, entre 1533 e 1567, feitor da Casa da Índia.

⁵⁴ Na época apenas são genericamente conhecidas por via indirecta pois a elas se refere João de Barros na Década III da *Ásia*, Lisboa, 1563. Referência impressa genérica, em 1563, e nada mais pois por via directa de cópias manuscritas, totais ou parciais, que tivessem ultrapassado o muito restrito círculo oficial da Corte, nada se conhece. Na época apenas são genericamente conhecidas por via indirecta pois a elas se refere João de Barros na Década III da *Ásia*, Lisboa, 1563, e nada mais pois por via directa de cópias manuscritas, totais ou parciais, que tivessem ultrapassado o muito restrito círculo oficial da Corte nada se conhece.

político-militares sobre uma estratégia de avanço dos canhões e das velas portuguesas nos mares da China.

A carta de Cristóvão Vieira, dos finais de 1534, é antes de mais um relatório informativo para a Coroa sobre os incidentes da embaixada de Tomé Pires à China, a primeira embaixada europeia à China.

Um relatório que informa sobre razões político-diplomáticas do falhanço da embaixada a partir de argumentos e perspectivas oficiais chinesas:

«... dizião as sentenças; ladrões piquenos do mar enviados pollo ladrão grande falsamente vem espisar nossa terra mourão em troncos por ladrões...»⁵⁵.

Os portugueses como *Wako*, o estatuto tributário de Malaca, os problemas dos intérpretes e do protocolo na embaixada de Tomé Pires bem como o édito imperial de expulsão dos *Folangji* desfilam na carta de Cristóvão Vieira:

«... O rei da China manda carta aos grandes de Cantão que não recebam a nenhum embaixador de Portugal, a carta del rei de Portugal he queimada, o embaixador e sua companhia já foi preguntado de como se tomou Malaca; não o deixam hir... entreguem Malaca ao dito rei de Malaca, como o rei de Malaca for entregue Malaca e gente assi como lha tomarão ao rei de Malaca e como o rei de Malaca for entregue della deixarão hir ao embaixador e se não entregar Malaca ao dito rei averse ha outro conselho. Esta carta veio do rei da China ao Tutão...»⁵⁶.

As passagens citadas da carta são suficientes para se entender o destino manuscrito e quase silencioso da escrita de Cristóvão Vieira.

Trata-se de uma carta relatório da Coroa com dados sobre a perspectiva chinesa que são muito críticos para o quadro e os objectivos das relações internacionais do Estado Português na Ásia:

«... teem os chis os portugueses em pouco por dizer que não sabem pelejar em terra que são como pexes que como os tirão d'água ou do mar logo morrem...»⁵⁷

a sua não circulação, mesmo no plano manuscrito, é um objectivo estratégico na política da Ásia Portuguesa.

⁵⁵ «Trelado de hua carta que da China veo a qual carta escreveo Cristovão Vieira», in *Enfomação das cousas da China – Textos do século XVI*, ed. Raffaella d'INTINO, Lisboa, I. Nacional, 1989, p. 15.

⁵⁶ «Trelado de hua carta que da China veo a qual carta escreveo Cristovão Vieira...», cit., p. 17.

⁵⁷ «Trelado de hua carta que da China veo a qual carta escreveo Cristovão Vieira...», cit., p. 19.

Fruto dos dezassete anos de estadia e de recolha informativa na China a carta de Cristóvão Vieira contém abundante informação, em português, da perspectiva e do mundo chineses no relacionamento dos portugueses com a China Ming: «... chamo a todo estrangeiro salvaje, a sua terra chamão o reino de Dó...» (Cristóvão Vieira.)

Dados relevantes porque informam do outro lado da fronteira cultural. Por exemplo, a introdução e a produção de armas de fogo do tipo português na China como a espingarda e o canhão bem como a construção naval ao molde português são noticiadas por Cristóvão Vieira:

«... hum chim... que sabia fazer pólvora bombardas e galees... começou em Cantão a fazer duas galles, fez duas acabadas de todo... acharão que algũa cousa sabia de polvora de bombardas mandaram no ao rei...»⁵⁸

Um dos presentes da embaixada de Tomé Pires em 1517 às autoridades de Guangdong foi uma espingarda, mas só no post-1522 é que houve interesse das autoridades chinesas pela tecnologia naval e militar portuguesa. Cristóvão Vieira informa sobre um chinês que conhece a tecnologia militar portuguesa de Cochim e de Malaca referindo-se a Yang San ou Dai Ming que, segundo as fontes chinesas, tinham vivido muitos anos com os portugueses e sabiam fazer navios e armas⁵⁹.

Para além de relatório político e diplomático a carta de Cristóvão Vieira contém abundante informação sobre a geografia da China Ming, em especial sobre os litorais da província de Guangdong.

Os dados sobre a vida marítima e mercantil da zona de Cantão, sobre a estrutura social e a organização do estado chinês estão organizados a partir de uma perspectiva de conquista militar portuguesa:

«... quequer que vier ora seja capitão com frota de dez ate quinze vellas, primeira cousa he desbaratar armada. se a tiveré, a que eu cuido que não tee, seja por fogo, sangue, medo cruel por este dia se dar vida a nenhua pessoa, todo iunco queimado e não se tome ningué por se não gastare os matimentos, que em todo tempo se acharão cem chis pera hu português... e isto feito despejarse ha nato e logo terão fortaleza e mantimentos se quisere porque logo he na mão e dar co toda armada e ainacha que esta a barra de tacoam de bo porto aqui se acorarao aos naos... queimarlhe o lugar por fazer medo aos chis...»⁶⁰.

⁵⁸ «Trelado de hua carta que da China veo a qual carta escreveo Cristovão Vieira...», cit., p. 19.

⁵⁹ Veja-se MA Chujian, *The Introduction of Western Artillery by the Jesuit Missionaries and the Consequent changes in the wars between the Ming and the Qing* In Martino Martini: *A Humanist and Scientist in Seventeenth Century China*, ed. F. DEMARCHI e R. SCARTEZZINI, Trento, Universita degli Studi, 1996, p. 313.

⁶⁰ «Trelado de hua carta que da China veo a qual carta escreveo Cristovão Vieira...», cit., pp. 36 e 37.

A totalidade da informação geográfica da carta de Cristóvão Vieira está regulada pelo objectivo de saber para invadir e conquistar. Os dados escolhidos, as áreas de acentuação e de aprofundamento temático estão ao serviço dos canhões e das velas, ao serviço de um projecto de conquista da feitoria-fortaleza em Cantão e de uma armada de costa nos litorais sul do mar da China.

Uma vez mais compreendemos o valor e a utilidade estratégicas desta carta para o centro político-militar da Coroa portuguesa e ao mesmo tempo a extrema necessidade de controlo da informação da carta num muito restrito círculo do aparelho de estado.

A ideia de Cristóvão Vieira é a da conquista de Cantão com o domínio das redes marítimo-mercantis da província. O domínio também das rendas e manufacturas e o aproveitamento da mão de obra cantonense em todas as feitorias-fortaleza do Índico:

«... deixar nella fortaleza e lugares que convem deixar gete portuguesa e malavares e tornesse co toda sua armada carregada de chis carpinteiros pedreiros ferreiros telheiros serradores e de todo outro officio co suas molheres pera deixar por esas fortalezas...»⁶¹.

A carta de 1536 de Vasco Calvo tem a mesma natureza de informação geográfica regulada pelo e para o objectivo da conquista militar dos litorais e mares do sul da China.

Existe alguma informação objectiva sobre a China Ming,

«... o geito da terra he chamare ao seu rei filho de Deus e a terra chamão terra de Deus e toda outra gente de fora a da terra chamão salvages que não conhecem Deos nem terra e que todo o embaixador que vem a sua terra que vem obedecer ao filho de Deus...»⁶²

Contudo estes dados sobre as ideias de «Tianchia» e «Shangdi» bem como outros informes geográficos, são elementos menores e não aprofundados. O essencial é a informação dos locais a atacar e a conquistar, dos pontos estratégicos para a navegação e a artilharia: «... irão pollo rio acima como levare soma de artelharia, irão queimando quátos paraos e juncos e cousas se achar de villas e lugares fazendose grandes estroições sem ficar cousa nenhua...»⁶³

A carta de Vasco Calvo é um complemento e prolongamento da de Cristóvão Vieira em especial na ideia de conquista militar. Uma precisão nos dados e nas informações estratégicas para a conquista de feitorias-fortaleza e o estabelecimento de uma armada de costa nos mares da China.

⁶¹ «Trelado de hua carta que da China veo a qual carta escreveo Cristovão Vieira...», cit., p. 36.

⁶² «Trelado de outra carta...», cit., p. 53.

⁶³ «Trelado de outra carta...», cit., p. 43.

Complemento e prolongamento que acaba por explicitar e precisar o programa de conquista. Agora, são propostas as províncias de Guangdong e do Fujian, «... governação deste Cantão e de Foquem...» (Vasco Calvo) como áreas estratégicas de uma rede marítimo-mercantil hegemonzada por armadas portuguesas numa trama de feitorias-fortaleza nos litorais destas províncias.

A ideia mais forte da carta de Vasco Calvo é a de que as províncias litorais do sul da China são uma nova e melhor Índia. Devem ser o centro de sustentação e de viabilidade do próprio Estado da Índia e da Rota do Cabo.

O comércio marítimo, as rendas, os metais preciosos, as manufacturas e a abundante e especializada mão-de-obra de Guangdong e do Fujian são a solução para o poder português na Ásia e na relação Europa-Ásia:

«... se nesta terra se gastar hum ceitill del Rei nosso señor, senão levarão pera a Índia se fazerem os gastos e cargos de naos para Portugal... outra casa da Índia não trazendo de Portugal salvante daqui levarem nao carregada de prata e ouro pera na Índia fazerem cargo das naos pera Portugal e se fazer o gasto na Índia...»⁶⁴

V

Os anos de 1541 a 1550 vão marcar uma nova idade qualitativa no conhecimento europeu da China. Um conjunto múltiplo de factores, alguns vindos da década de 1530, vão gerar novas condições de possibilidade informativa.

Nos anos de 1530 a 1540 surgem em Portugal os primeiros jardins botânicos de plantas exóticas asiáticas, as primeiras colecções sistemáticas de farmacopeia asiática e as colecções de livros impressos asiáticos. Novidades da Índia, do Sueste Asiático e da Ásia Oriental alimentam o coleccionismo de membros da casa real, como o Infante D. Luis, membros da alta nobreza como Brás de Albuquerque e D. João de Castro, médicos judaicos como Amato Lusitano.

Esta acumulação na Europa de matéria asiática mais erudita só é possível porque a partir da década de 30 se assiste a uma melhoria qualitativa nos quadros portugueses na Ásia. Nobres letrados como Diogo de Sá, 1527, Lopo de Sousa Coutinho, 1533, e D. João de Castro, 1538, universitários como Garcia de Orta, 1534, ou soldados e funcionários letrados como Diogo de Sá, 1527, Fernão Mendes Pinto, 1537, Jorge Álvares ou o regressado Simão Álvares em 1533 são apenas a parte mais visível deste salto qualitativo.

A recolha no terreno por humanistas, nobres eruditos e funcionários letrados de toda uma informação cultural sobre a novidade asiática permite

⁶⁴ «Trelado de outra carta...», cit., pp. 44 e 51.

a acumulação e a organização da informação na Europa em colecções, bibliotecas e jardins botânicos.

É esta crescente circulação e recolha de informação na Ásia e em Lisboa que permite ao navegador e geógrafo português João Afonso, ao serviço da coroa francesa, num manuscrito de cerca de 1542, opor a tranquilidade e a sabedoria chinesas à guerra e instabilidade dos europeus⁶⁵.

Um sinal bem manifesto desta nova idade qualitativa no conhecimento europeu da China é dado pelas anotações e complementos a propósito da China numa das cópias manuscritas no *Livro das Coisas da Índia* de Duarte Barbosa.

O anónimo autor desta actualização da informação sobre a China no *Livro de Duarte Barbosa* esteve na Índia e na Ásia do Sueste entre os anos de 1535 e 1543, vivendo em Malaca e Banda pelo menos nos anos de 1540.

Provavelmente cerca de 1544-1545⁶⁶, na ou entre a viagem de regresso e a chegada a Portugal realiza esta cópia actualizada do *Livro de Duarte Barbosa* a partir de uma modernidade informativa:

«... Bem parece que o autor fez esta memoria em tempo que a India não era muito trilhada de portugueses, e será mesmo que a fez por ouvidas que de vista...»⁶⁷

É esta nova idade informativa que surge de novo proclamada a propósito da própria China:

«... depois que o autor isto escreveo foram muitos portugueses a esta China e tem muito dela por a costa descoberta, a qual é muito grande terra...»⁶⁸

Passados cerca de trinta anos o horizonte informativo do *Livro de Duarte Barbosa* pode ser melhorado e ampliado, como o fez o nosso anónimo autor

⁶⁵ La Cosmographie avec l'esphere et le régime du soleil et du nord par Jean Fonteneu dit Alfonse Saintonge..., ed. G. Musset, Paris, 1904. Sobre este tópico, veja-se G. CHINARD, *L'Exotisme Américain dans la Littérature Française du XVI Siècle*, Paris, 1911, p. 47, e Sergio ZOLI, *Lá Cina e la Cultura Italiana dal 500 al 700*, Bolonha, Patron, 1973, p. 17. Sobre a vida e a obra de João Afonso, consulte-se Luís de MATOS, *Les Portugais en France au XVI Siècle*, Coimbra, I. Universidade, 1952.

⁶⁶ O autor desta cópia anotada e actualizada do *Livro de Duarte Barbosa* esteve na Índia e na Ásia entre cerca de 1535 e 1543. É provavelmente o conhecido cartógrafo Gaspar Viegas que na Ásia tem os irmãos Gaspar Viegas, João Viegas e Galvão Viegas. As anotações são escritas nos anos de 1540-1542 e concluídas cerca de 1544-1545 como se pode concluir do episódio de Hairun reconduzido no trono por D. João de Castro, em 1547: «... assi que quando parti da India, ano de 1543, ainda ficavam todos em Goa, com lhe dezer cada monção que pera o outro o levariam...», in *Livro de Duarte Barbosa*, ed. M. A. Veiga e SOUSA, Lisboa, I.I.C.T., 2000, vol. II, p. 468.

Esta passagem foi escrita depois de 1543 e antes de 1547-1548.

⁶⁷ *Livro de Duarte Barbosa*, ed. M. A. Veiga e SOUSA, Lisboa, I.I.C.T., 2000, vol. II, p. 452.

⁶⁸ *Livro de Duarte Barbosa*, cit., p. 469.

irmão de João Viegas, Galaz Viegas e Gaspar Viegas, sendo João Viegas, em 1512, o autor da primeira proposta de viagem mercantil portuguesa à China.

O facto deste novo horizonte informativo desaguar também sob a forma de actualização e melhoria na obra de Duarte Barbosa significa que o *Livro das Coisas da Índia* funciona nos anos 40, nos sectores portugueses da Ásia e em Portugal, como manual básico de informação das coisas asiáticas, como enciclopédia actualizada do saber europeu do Oriente.

Ao longo destes trinta anos, o *Livro das Coisas da Índia* foi sob a forma manuscrita sobrevivendo, crescendo e actualizando-se, criando o caminho das cópias e das anotações manuscritas que possibilita a sua edição italiana em Veneza, 1550.

O mais importante nesta anotação e actualização da China no *Livro de Duarte Barbosa* é a informação mercantil sobre os litorais da província de Cantão: «... um rio, que se chama cantam, o qual é um dos grandes que em todas aquelas terras há...»⁶⁹

Os dados recolhidos nos inícios dos anos 40 atestam um intenso comércio, também de portugueses, nos mares e nos litorais da província de Cantão:

«... e 50 ou 60 legoas ao mar da boca deste rio há i uas certas ilhas adonde vão surgir todas as naos estrangeiras que vão tratar áquele reino. Vão ali ter porque, se veem à costa sem o rei saber, perdem as naos e mercadorias e eles mortos ou cativos...»⁷⁰

A novidade tão só mercantil da China reside nas condições do trato nas ilhas de Cantão «... se vendem ali muitas mercadorias que são muito falsificadas...»⁷¹ e nos pormenores concretos que atestam a intensidade do comércio português informal na província de Cantão.

Nos inícios da década de 40 do século XVI a China cultural começa a ecoar nas elites culturais europeias. Ao longo da década esta dimensão da China como grande civilização não pára de crescer tanto nas elites culturais europeias laicas como clericais.

Em Malaca, em 1547, surge a anónima *Emformação da Chyna, mandada per huu homem a mestre Framçysquo*. Informação manuscrita que resulta de uma parceria mercadores-jesuítas e que circula também nos corredores do poder oficial do Estado da Índia (Malaca e Goa).

Trata-se de um ponto de situação do conhecimento existente organizado a partir de um ponto de vista mais erudito e cultural. A *Emformação* é a escrita de recolhas orais e de vivências pessoais feita a partir de uma grelha e questionário propostos pelo jesuíta Francisco Xavier (1506-1552).

⁶⁹ Livro de Duarte Barbosa, cit., p. 469.

⁷⁰ Livro de Duarte Barbosa, cit., p. 469.

⁷¹ Livro de Duarte Barbosa, cit., p. 469.

De certa forma a autoria do texto e dos inquiridos que o sustentam resulta de uma encomenda de Francisco Xavier, em Malaca 1545, aos mercadores portugueses nos mares e litorais da China:

«... de Malaca van todos los años muchos navios de portugueses a los puertos de la China. Yo tengo encomendado a muchos para que sepan desta gente, avisándoles que se informen mucho de las cerimonias y costumbres que entre ellos se guardan.»⁷²

O mais tardar nos meses de Setembro a Dezembro de 1545, por orientação dos jesuítas, o mundo à mão dos mercadores portugueses na China começa a orientar-se e a estruturar-se para também questões chinesas de natureza mais erudita e cultural.

A *Emformação da Chyna* foi provavelmente recebida por Francisco Xavier nos seis meses que passou em Malaca entre Julho e Dezembro de 1547 altura do encontro do jesuíta com o mercador Fernão Mendes Pinto⁷³. Entre os possíveis autores portugueses, mercadores escritores, da *Emformação* surgem os nomes de Afonso Gentil e de João Rodrigues de Carvalho⁷⁴.

A hipótese de a autoria da *Emformação* ser de Fernão Mendes Pinto não deve no entanto ser posta de lado. O mercador-escritor deste texto é alguém que está envolvido nas redes mercantis do Sião ao Japão, «... serão de costa, se não mentem as cartas que os japões mostrão, quinhentas legoas ou mais...»⁷⁵. Alguém que já esteve em Cantão uma vez e que está no circuito de cruzamento dos mercadores e jesuítas em Malaca em 1547.

Estes elementos apontam para Fernão Mendes Pinto com alta probabilidade. A dúvida nasce da data da estadia em Cantão, que no texto surge 1533 quando Fernão Mendes Pinto aí esteve em 1543, mas e se for erro do copista?

De certa forma a *Emformação* é também um texto de autoria colectiva que assenta na recolha de testemunhos orais de chineses por um mercador português que junta a sua vivência pessoal e passa à escrita segundo um questionário de escolhas relevantes encomendado pelos missionários jesuítas.

A *Emformação da Chyna* está organizada em sete temas fundamentais que correspondem às perguntas maiores desejadas por Francisco Xavier, «... ao que vosa merce manda saber da Chyna...»

⁷² Carta de Francisco Xavier de Amboíno a 10 de Maio de 1546 para os Jesuítas na Europa, in *Epistolae S. Francisci Xaverii*, Ed. G. SCHURHAMMER e I. WICKI, Roma, M.H.S.J., 1996, vol. I, p. 335.

⁷³ Veja-se G. SCHURHAMMER, *Francisco Xavier su vida y su tempo*, Pamplona, Gobierno de Navarra, 1992, 4 vols., em especial o final do vol. II e os vols. III e IV.

⁷⁴ Sobre a possível autoria destes dois portugueses, veja-se Rui Manuel LOUREIRO, *Fidalgos, Missionários e Mandarins – Portugal e a China no S. XVI*, Lisboa, F. Oriente, 2000, p. 170.

⁷⁵ *Emformação da Chyna*, mandada per hu homem a mestre Francysquo in Livro que trata das Cousas da Índia e do Japão, ed. A. Almeida CALADO, Coimbra, I. Universidade, 1957, p. 114.

A primeira questão prende-se com a existência na China de cristãos ou de sinais de Cristianismo sendo a resposta negativa:

«... diz que não sabe nada nem numqua vyo nem ouvyo fallar em Crysto nem na sua semelhança nem em gente de nosas çyrymonias...»⁷⁶

A segunda pergunta refere-se à possibilidade de evangelização na China e às hipóteses de recepção dos missionários tanto na Corte Imperial como noutras localidades.

A resposta obtida do informador chinês é a de um tolerante acolhimento dos pregadores cristãos provavelmente mais por parte dos religiosos chineses do que da população em geral desde que os evangelizadores respeitem duas condições básicas: (1) o conhecimento da língua chinesa, «... diz que, se souber falar a lymgua chyna, poderá ir muyto seguro por toda a terra sem temer nada...»⁷⁷ e (2) uma prática positiva que fomente a credibilidade dos missionários, «...hé neçesaryo que faça boa obras pera o crerem e terem nele credito...»⁷⁸.

Também as três últimas questões apresentam um universo de temas e de problemas de implicação directa à matéria religiosa Cristianismo-China.

A quinta tem a ver com o matrimónio na China:

«... diz que na Chyna tem os homens molheres se as podem manter, que nymguem lhe vay á mão a tellas... diz que há na Chyna homem que hé casado em dez, doze lugares e quoaomdo lhe vem a vomtade deyxallas, as deixão...»⁷⁹

A sexta questiona o grau de unidade/pluralidade religiosa e cultural da China servindo para informar sobre a existência no interior da China de comunidades islâmicas:

«... muytos povos de gemte que são como chyns que não comem porquo... goardão huu dia como os mouros... entram no templo e se poem de joelhos e dam muytas cabeçadas... he gemte que escrevem mouro...»⁸⁰

A sétima pergunta aborda a questão do diabólico e a resposta transmitida do informador chinês abre possibilidades à missão cristã:

«... diz que há muytas pesoas emdemunyhadas... se lá for quem bote estes demonyos fora, que lhe farão muyta homra e lhe teram grande acatamento porque os chyns não tem nenhuaa mezinha pera esta gemte...»⁸¹

⁷⁶ *Emformação da Chyna...*, cit., p. 113.

⁷⁷ *Emformação da Chyna...*, cit., p. 113.

⁷⁸ *Emformação da Chyna...*, cit., p. 113.

⁷⁹ *Emformação da Chyna...*, cit., p. 115.

⁸⁰ *Emformação da Chyna...*, cit., pp. 115-116.

⁸¹ *Emformação da Chyna...*, cit., p. 117.

A terceira e a quarta questões são de natureza cultural mais profunda formando a parte mais desenvolvida da *Emformação*. Por isso, o horizonte informativo alarga-se à própria vivência do mercador escritor e a dados obtidos junto de outras fontes chinesas: «... ouvvy muitas vezes dizer a outros muytos chyns...»⁸²

Estamos então frente a um conhecimento de interesse mais mediato para a lógica do jesuíta mas, pelo tratamento desenvolvido dado, de maior fascínio e interesse do mercador escritor português.

A terceira questão prende-se com a dimensão cultural erudita da civilização chinesa, nomeadamente com a existência ou não de estudos superiores em áreas como o direito e a medicina.

A resposta organizada pelo mercador-escritor é positiva e bem mais extensa e pormenorizada do que a pergunta lançada pelo jesuíta. O mesmo vai acontecer com a quarta questão e jamais acontece nas restantes. Tal facto permite encontrar na *Enformação* duas áreas de tratamento dos materiais sobre a China relativamente diferenciadas. Os cinco temas imediatamente religiosos e missionários são tratados de forma sintética com a relativa excepção da pluralidade cultural e religiosa no interior da China em que se dá com certo pormenor as informações orais do chinês em Pequim/ «Poguy». São dados geográficos sobre uma comunidade provavelmente turco-chinesa que prendem também o interesse do mercador-escritor.

Os dois temas sobre a cultura chinesa em si mesma e não na implicação directa com o cristianismo possuem um tratamento bem mais desenvolvido, e a quantidade e a qualidade do conhecimento ultrapassa em muito o horizonte de interesse enunciado pelo missionário. Esta é a área de maior interesse e fascínio do mercador escritor português.

Na terceira questão o primeiro passa da resposta afirma a existência de múltiplas escolas quer para o funcionalismo público quer para as religiões chinesas bem como a existência de um largo sistema de ensino da medicina e do direito:

«... na Chyna há escollas em muytas cydades, omde aprendem os regedores que mandão a terra todas as leys do reyno e há escollas d'apremder a padres ensino e aprendizagem feitos em livros em lingua chinesa... ha hy estudo d'apremder a curar todollas enfermydades e que de tudo isto tem grandes escrituras em lymgoa chyna...»⁸³

A partir do ensino o mercador português transmite informações sobre a área de influência civilizacional chinesa em especial, da escrita chinesa, que vai do Vietname ao Japão: «... esta escritura chyna se le desde Champa ate o Meaquo, terra firme do Japão...»⁸⁴

⁸² *Emformação da Chyna...*, cit., p. 114.

⁸³ *Emformação da Chyna...*, cit., p. 113.

⁸⁴ *Emformação da Chyna...*, cit., p. 114.

Enunciados de articulação cultural da Ásia do Sueste à China e ao Japão com base na sua experiência pessoal: «... os lyvros que eu la vy muitos... e os levão a terra do Japão...»⁸⁵

Esta passagem termina com dados sobre o livro impresso em língua chinesa. Informações que apontam para a maioria dos livros chineses serem impressos ao contrário do peso do manuscrito na cultura portuguesa:

«... na Chyna os mais dos lyvros são empremydos, e que há muytos emprymydores e já me huus pergumtarão pellos nosos lyvros se erão escritos á mão, se em tavoas, damdo synaes da empresão...»⁸⁶

A quarta questão tem a ver com o tipo de hierarquias oficial e social da China Ming:

«... na Chyna não há outros fidallguos senão os letrados, e o que mais letras sabe hé o mais homrado no reyno e estimado del rey...»⁸⁷

A informação transmitida pelo mercador português detém-se no sistema e graus dos exames chineses:

«... se depois de ter idade, sae bóo letrado das leys do reyno, mandamno examynar e, se achão que he soficyemte, encarremgam no em carguos pequenos, e depois, se ho faz bem, em carguos gramdes até que ho fazem gramde e tanto pode sobyr que mamda aos outros todos...»⁸⁸

Ao mesmo tempo desenvolve os dados sobre a justiça fiscal chinesa e o seu aparelho burocrático tomados como modelo exemplar em que

«... hé defeso nas leys otaneryzar... os bóos mamdaryns da Chyna não acustumavão tomar nada de peyta, prymcypalmente aos estrangeyros...»⁸⁹.

A vivência pessoal do mercador português junta ainda dados que indiciam que na China a oligarquia do poder é uma borucracia estatal erudita e não uma nobreza terratenemte:

«... estes não tem remda nenhúua propria, tudo he acostamento que lhes el rey pagua cada húu ano, a my me diserão que não avya, na Chyna toda, outro senhor que tivese juro senão o proprio rey dela...»⁹⁰

É de notar que estas zonas da *Emformação da Chyna*, de maior aprofundamento pelo mercador-escritor português, trabalham com um estilo

⁸⁵ *Emformação da Chyna...*, cit., p. 113.

⁸⁶ *Emformação da Chyna...*, cit., p. 114.

⁸⁷ *Emformação da Chyna...*, cit., p. 114.

⁸⁸ *Emformação da Chyna...*, cit., p. 114.

⁸⁹ *Emformação da Chyna...*, cit., pp. 114-115.

⁹⁰ *Emformação da Chyna...*, cit., p. 115.

em que o autor não enuncia mas indicia um comparativismo contrastivo de crítica à condição portuguesa. Dito de outro modo, as passagens sobre o livro impresso, a burocracia e a hierarquia chinesas estão muito próximas de uma das imagens de marca da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto.

Esta informação de 1547, organizada por uma parceria europeia de mercadores e de jesuítas, é também em parte auto-imagem da China. Resulta, em larga medida, de uma transcrição em português de informações orais de chineses e espelha a imagem que certos grupos chineses possuem da sua própria civilização.

A descoberta europeia da cultura chinesa, do peso e do valor da Civilização Chinesa é também, em parte não desprezível, uma reprodução europeia da autoimagem chinesa.

Em Coimbra, 1549, é editado o tratado de filosofia política *De Gloria* do humanista português Jerónimo Osório (1514-1580). D. Jerónimo Osório é um humanista teólogo de formação italianizante com estadias em Bolonha e Paris e uma das figuras culturais portuguesas com maior recepção nos círculos eruditos latinos da restante Europa ⁹¹.

Os caminhos editoriais do *De Gloria* espelham esse impacto. A segunda edição surge em Florença, 1552, existindo para o século XVI mais dezasete edições em Basileia (4), Alcalá (2), Colónia (3), Bilbao (2), Londres (4), Roma (1), Antuérpia (1), e para o século XVII mais sete em Paris (1), Colónia (3), Lião (1), Ruão (1), Antuérpia (1) ⁹².

É precisamente no *De Gloria Libriquinque* que surge a primeira informação impressa latina sobre a dimensão cultural da «Sinarum Nazione».

D. Jerónimo Osório começa por associar a novidade informativa sobre a China à expansão marítima dos portugueses: «... os nossos depois de atravessarem todos os mares... dirigem as naus para as regiões marítimas da China...» ⁹³ As regulares relações marítimas entre portugueses e chineses permitem uma recolha informativa alargada sobre a Civilização Chinesa.

O texto latino impresso de D. Jerónimo Osório, e é bom não esquecer que o latim é então a língua internacional de unidade europeia da cultura erudita e universitária tanto laica como religiosa, enuncia em seguida os tópicos fundamentais de valor da Civilização Chinesa.

Antes de mais a China surge como incomparável no desenvolvimento civilizacional:

⁹¹ Sobre a vida e a obra de D. Jerónimo Osório, veja-se Aubrey F. G. BELL, *O Humanista Dom Jeronimo Osorio*, Coimbra, I. Universidade, 1933.

⁹² Veja-se Francisco Leite de FARIA, «As muitas edições das obras de Dom Jerónimo Osório», in *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, 1981, n.º 1, pp. 116-134.

⁹³ «... nostri autem cum maria omnia transmiserint... ad regiones naritimas sinarum naves appellentes...» Seguimos a tradução com leves variantes de A. Costa RAMALHO, *Latim Renascentista em Portugal*, Coimbra, INIC, 1985, pp. 174 a 177, que é acompanhada do texto latino *De Gloria, Libri V*, Florença, 1552.

«... dificilmente existe algum povo, que em grandeza de cidades ou beleza de edifícios ou nível de vida e civilidade, ou no interesse vivíssimo pelas artes se compare com o povo chinês...»⁹⁴

Em seguida, surge o tópico da impressão dos livros chineses com o elogio da antiguidade da edição chinesa:

«... in libris autem scribendis aenis formis, quae non ita pridem apud nos in usu sunt, illi infinitis prope saeculis utuntur...»⁹⁵

O *De Gloria* prossegue com dados sobre a organização política e burocrática do Estado Chinês como expressão de cultura, ensino, instrução. A China Ming é um estado como obra de cultura:

«... se dá tanta importância à instrução, que não é de qualquer forma lícito entregar o poder supremo senão aquele que tiver provado o seu domínio de todas as disciplinas. E ao atribuir postos, não levam em conta a família ou a riqueza, mas apenas a instrução...»⁹⁶

O sistema de exames Ming com os seus três níveis é aflorado por D. Jerónimo Osório que caracteriza os *Chin-Shin* como uma elite, burocrático-intelectual, de elites:

«... pauci autem sunt qui per omnes doctrinae gradus ad amplissimum locum ascendunt, cum multis praestantibus uis naturae non paucos fortunae deficiant. Hi tamen pauci summum imperium administrant, in summo rerum fastigio collocati...»⁹⁷

No *De Gloria*, a China Ming seria a concretização da República de Platão e da felicidade do poder pelo saber caso existisse, na Civilização Chinesa, uma filosofia profunda. A falta deste elemento faz da China uma tão-só aproximação ao ideal platónico:

«... si fuisset Philosophia apud eos recte constituta. Sed ut fama est, genus doctrinae colunt multis erroribus atque magicis superstitionibus impli-

⁹⁴ Jerónimo Osório, *De Gloria/Da Gloria*, tradução e edição citadas, p. 174 (texto latino) e 175 (tradução portuguesa).

⁹⁵ «... e no que diz respeito à impressão dos livros, os caracteres metálicos que só há pouco entre nós estão em uso; eles os empregam há séculos quase infinitos...», Jerónimo Osório, *De Gloria/Da Gloria*, cit., pp. 174/175.

⁹⁶ Jerónimo Osório, *De Gloria/Da Gloria*, cit., pp. 174/175.

⁹⁷ J. Osório, *De Gloria*, ed., cit., p. 176: «... poucos são aqueles que, através de todos os graus de instrução, chegam ao mais alto posto, por falta de condições naturais, na maioria e de fortuna, em não poucos casos. Mas este pequeno número ocupa os mais altos lugares da administração, colocados como estão no supremo galarim do poder...», *Da Gloria*, cit., p. 177.

catum in hoc tamem admirandi sunt, quod eos imperio summo praeficiant, quos esse iudicant doctrinae laude praecellentes...»⁹⁸

A China político-cultural surge no humanista Jerónimo Osório, «o humanista português cuja obra atingiu maior repercussão em toda a Europa, especialmente no século XVI»⁹⁹, como uma imperfeita República de Platão. Falta à China Ming a filosofia humanista cristã para se realizar na plenitude da cidadania cultural, ou seja, falta a síntese do Confucionismo com a cultura europeia-cristã.

Em 1549 e 1552 são editadas em Coimbra e Florença estas informações e ideias que exprimem uma visão da China como potência cultural por parte dos círculos humanistas e da cultura erudita latino-europeia.

O impacte de D. Jerónimo Osório e desta obra em particular nos círculos culturais europeus de elite é, como já vimos, uma realidade. Mas, em Portugal nos meados do século XVI o que significam estes enunciados? A melhor forma de tentar responder a este problema é encontrar as razões que possibilitam esta passagem sobre a China no *De Gloria* impresso em Coimbra, 1549.

Um dos primeiros europeus a constituir, ainda que pequena, uma biblioteca privada de livros chineses e a trabalhar com um letrado chinês na interpretação e tradução dessas obras é o humanista português João de Barros (c. 1496-1570).

João de Barros, na segunda metade da década de 40 e nos inícios da década de 50 encontra-se absorvido no projecto de investigação histórico-geográfica da expansão dos portugueses nos mares e litorais da Ásia. As suas *Décadas da Ásia* são escritas nessa altura e publicadas em Lisboa nos anos de 1552, 1553 e 1563.

O humanista João de Barros começa a exercer funções de feitor da Casa da Índia em 1533. É a partir dessa posição institucional-chave na mecânica do Estado mercantil português que começa a receber e a organizar sistematicamente documentos raros para a sua obra histórico-geográfica. Entre esses muitos documentos contam-se por certo materiais sobre a China como as *Cartas de Cantão* e a *Emformação da Chyna*, da provável autoria de Fernão Mendes Pinto, que já visitámos, bem como livros impressos chineses.

A partir de 1535 João de Barros reúne em Lisboa a sua colecção de livros e mapas chineses e obtém a ajuda de um letrado chinês para a compreensão dos mesmos. João de Barros participa com outros humanistas nos círculos

⁹⁸ Jerónimo OSÓRIO, *De Gloria/Da Gloria*, cit., p. 176: «... se existe entre eles uma filosofia bem elaborada. Mas, segundo a fama, cultivam um género de sabedoria, complicada por muitos erros e superstições mágicas. Todavia são dignos de admiração, em entregarem o poder supremo àqueles que consideram os que mais se distinguem pelo mérito da sabedoria...», *Da Gloria*, cit., p. 177.

⁹⁹ J. V. Pina MARTINS, «Nota Introdutória», in D. Jerónimo OSÓRIO, *Carta à Rainha de Inglaterra*, Lisboa, I. Nacional, 1981, p. 9.

de elite da coroa portuguesa cultivando em especial, a relação com o rei D. João III e o irmão do mesmo, o infante D. Luis.

Ora, ao longo da década de 40 e até 1555 o escrivão da puridade do Infante D. Luis é o humanista D. Jerónimo Osório. Jerónimo Osório obteve certamente muitas das suas informações sobre a China, impressas em latim em Coimbra, 1549, junto de João de Barros, dos seus livros chineses, do parceiro intelectual chinês do historiador humanista, ou seja, do círculo intelectual do Infante D. Luis que entre outros articula os humanistas João de Barros e Jerónimo Osório.

A China cultural e política do *De Gloria* é da autoria de um humanista mas também secretário da Corte. Parte da informação de um outro humanista que é também feitor da Casa da Índia.

O *De Gloria* exprime a visão de um círculo do poder real e de altos funcionários humanistas da Corte/Coroa. Estas ideias e ideais europeus sobre a China que ao longo da segunda metade de Quinhentos vão correr impressas pelos circuitos latinos da Europa, a partir de Coimbra e Florença, resultam da mecânica Humanistas-Coroa.

VI

A visita individual a textos europeus dos anos de 1499 a 1550, sobre a China Ming, permite agora traçar algumas paisagens e andamentos.

Antes de mais, temos um primeiro andamento informativo sobre a China Ming entre 1499 e 1510. Surgem então informações breves e sem precisão sobre a China e as actividades marítimo-mercantis chinesas, oficiais e particulares. Dados breves e dispersos na acumulação europeia de conhecimento sobre aos litorais asiáticos.

Conhecimento impreciso, fruto de recolha de dados no Índico e essencialmente no Índico Ocidental, que circula pela rota do Cabo, no caso de Ludovico de Varthema também pela rota do Levante, mas que assenta em informações de indianos ou de gente da Ásia do Sueste sobre a China e os chineses, em especial, os círculos islâmicos do comércio de longa distância.

Em nenhum dos textos a matéria chinesa é tema único ou central e nem mesmo surge individualizada. A Europa sabe coisas, soltas e breves, sobre a China Ming a partir de fragmentos de genérica informação asiática.

Neste primeiro andamento da informação europeia os autores são, por ordem cronológica, um mercador florentino, um presbítero indiano, a Corte/Rei de Portugal e um soldado escritor bolonhês também provavelmente mercenário-mercador.

Dos sete textos que compõem a paisagem, três são da autoria da Coroa portuguesa e outros três de autores italianos, o que corresponde a cerca de 44% para cada um destes blocos. Mas a natureza da informação é bem diversa porque dois dos textos da Coroa portuguesa são cartas do rei D. Manuel para Roma e Castela num quadro de propaganda diplomática e

política. Apenas um, o regimento de 1508, é um texto de saber e em relação à China de ordem oficial de recolha sistemática de informação por parte das estruturas estatais.

Os três textos de autoria italiana visam um saber actualizado sobre o mundo marítimo-mercantil asiático e muito em especial sobre os resultados alcançados pelos recém-chegados ao Índico pelo Atlântico. O que está em jogo neste equilíbrio de informação diversificada é a concorrência entre as rotas do Levante e do Cabo pelo predomínio no comércio euro-asiático.

Em termos de circulação informativa e de impacte cultural temos um claro domínio do pólo italiano. São impressos cinco textos, ou seja, cerca de 76%, todos em italiano e em Itália (Roma e Milão/1505, Vicenza/1507, Roma/1510). É impressa a totalidade dos textos de autoria italiana bem como a informação oral recolhida em Roma do Nestoriano indiano José de Cranganor. Apenas é impressa uma parte da carta de D. Manuel para Castela.

Os 24% de manuscritos ficam em língua portuguesa nos círculos da Coroa e do poder central português com uma muito reduzida e controlada circulação informativa.

Dos cinco textos impressos com dados sobre a China Ming quatro, ou seja, 80%, resultam de informação recolhida e enviada de Lisboa para Florença e Roma ou Roma e Milão por via de Castela. Em Lisboa estão a desaguar novidades informativas colhidas em Calecute e no Índico Ocidental que o pólo italiano quer e pode acompanhar funcionando, através da tradução e edição, como porta-voz cultural europeu da expansão portuguesa.

Neste primeiro andamento a maioria dos textos em causa é impressa, embora tão-só, a partir da segunda metade da década. Mas não devemos deixar-nos enganar pelos números. Os textos são impressos ou ficam manuscritos não pela matéria chinesa mas sim pela novidade e actualidade de um quadro geral das coisas asiáticas em conexão com a via atlântica e a concorrência à Rota do Levante.

Neste primeiro andamento de aproximação ao conhecimento da China Ming as figuras centrais da tela informativa são o estado, o mercador, o soldado letrado aventureiro e o eclesiástico. Por e entre eles se recolhe, organiza e circula a informação.

A partir dos anos de 1511/1512 e até 1517 vivemos um segundo andamento na informação europeia sobre a China Ming. Trata-se, como já vimos, de um ciclo revolucionário que produz uma nova idade no banco de dados europeu sobre a China marítima, mercantil e política.

A China e os chineses ganham individualidade, tratamento específico no saber dos europeus. Os dados são cada vez menos imprecisos e cada vez mais abundantes. A recolha da informação multiplica-se em centros asiáticos como Cochim, Malaca e Cantão, mas também Cananor e Calecute a organizarem dados para Lisboa.

Pela primeira vez a informação europeia sobre a China Ming assenta também em dados chineses e em notícias alcançadas nos litorais de Guangdong por portugueses em parceria com gentes do Nanyang e comunidades chinesas ultramarinas instaladas na Ásia do Sueste.

Ao longo deste andamento temos oito textos em que a matéria chinesa surge pela primeira vez individualizada e alcança mesmo, por vezes, lugar central na economia do discurso.

Neste segundo andamento os autores são, por ordem cronológica, um piloto-cartógrafo português, dois mercadores florentinos, dois burocratas geógrafos portugueses e um humanista veneziano dedicado à geografia. Os autores dos originais portugueses são a 100% homens da Coroa na Ásia, o Estado da Índia Português e 75% dos autores italianos são mercadores italianos na Ásia em parceria com esse mesmo Estado da Índia.

Dos oito textos que compõem a paisagem três, ou seja, 37,5% são em português e da autoria de três quadros portugueses do aparelho de Estado marítimo-mercantil. Os restantes cinco textos, 62,5%, são em italiano e da autoria de três italianos sendo dois mercadores florentinos e responsáveis por 80% da informação italiana da altura.

Uma vez mais é necessário combinar as análises quantitativa e qualitativa. Os cinco textos da informação italiana são breves, 80% são cartas e os restantes 20% não alteram a natureza sintética da informação sobre a China. Pelo contrário, nestes três textos portugueses encontramos, pela primeira vez, um tratamento individualizado e por vezes privilegiado da informação sobre a China Ming. Os cinco textos italianos visam um saber actualizado sobre o mundo marítimo-mercantil dos mares da China, mas acima de tudo estão atentos à novidade da entrada dos portugueses no circuito Malaca-Cantão.

Os três textos portugueses procuram o máximo de informação sobre as redes marítimo-mercantis que ligam a província de Guangdong ao sistema do Índico. Procuram também alcançar o maior e melhor número de dados sobre as realidades política e social dos litorais da China Ming.

Um sinal da nova idade revolucionária da informação encontra-se no facto de estes textos serem maioritariamente produzidos na Ásia. A informação é agora tratada e organizada nos próprios pólos asiáticos de recolha desaguando em Lisboa, Florença e Veneza pela via da Rota do Cabo. Frente à nova quantidade e qualidade da matéria informativa chinesa a Rota de Levante, que em 1510 ainda trazia informação actualizada sobre a China à Europa, esbate-se de forma nítida.

Em termos de circulação informativa e de impacte cultural continuamos a ver um claro domínio do pólo italiano. São impressos seis dos oito textos, ou seja, 75%, todos em italiano e em Itália. Em Florença/1516 surgem dois textos e em Veneza surge um em 1517 e três em 1550 na edição de G. B. Ramusio – *Delle Navigazioni et Viaggi*.

Uma vez mais tomamos consciência da importância editorial da obra de G. B. Ramusio. Ele imprime em 1550 metade da produção que nos anos de 1515 a 1517 revoluciona o saber europeu sobre a China Ming.

Os 75% de impressos deste andamento devem pois ser considerados em duas fases. Nos anos próximos à produção destes oito textos apenas três, 37,5%, são impressos, sendo dois em Florença e um em Veneza. Mas o inte-

resse pelas novidades asiáticas cresce ao longo de toda a primeira metade de Quinhentos e a prova disso mesmo é a edição em Veneza, 1550, dos restantes 37,5% do material que faz a primeira revolução informativa europeia sobre a China Ming.

É evidente, como já anteriormente o dissemos, que a edição apenas em 1550 implica considerar o impacte alargado dos textos em questão tão-só na segunda metade da centúria.

O que interessa notar é que os textos impressos deste andamento que apresentam um tratamento mais abundante e actualizado da China Ming apenas foram impressos em Veneza, 1550. Os textos que no longo prazo ficaram manuscritos, são os dois mais antigos deste andamento datando, respectivamente, de cerca de 1512 e 1514.

Neste segundo andamento a geografia dos centros de impressão italiana sofre alguns deslocamentos. De Roma, Milão e Vicenza passamos para Florença e Veneza, sendo a primeira claramente hegemónica nos anos de 1516-1517 e Veneza absoluta nos meados do século.

A edição em italiano e em Itália imprime 80% da produção italiana, sendo 60% logo impressa nos anos próximos. Em Veneza, 1550, são impressos em italiano dois dos três textos escritos originalmente em português ou seja, perto de 67%.

Os anos que vão de 1518 a 1528, de um modo genérico a década de 20 do século XVI, são um bloqueamento no conhecimento europeu da China Ming. Pelas razões já anteriormente expostas não encontramos senão dados ligeiros e dispersos sobre a China marítima e mercantil. Pequenas informações maioritariamente manuscritas ou episodicamente num impresso como o de Pigafeta, impresso pela primeira vez, parcialmente em língua francesa, em Paris, 1522.

A década de 30 do século XVI, no plano do impresso, não altera este bloqueamento, mas no quadro do manuscrito policiado e por isso com impacte quase nulo em termos de círculos de informação o panorama é outro. Como vimos, nos anos de 1534 e 1536 dois portugueses escrevem de Cantão para Lisboa enviando actualizada e pormenorizada informação sobre os litorais das províncias de Guangdong e do Fujian nos aspectos marítimo, mercantil, político e militar.

São os primeiros textos europeus exclusivamente sobre a China Ming, sobretudo em torno da província de Guangdong, e ao mesmo tempo os primeiros textos escritos por europeus que residem nessa mesma China Ming.

Os autores são, uma vez mais, gente ligada ao aparelho do Estado português na Ásia e ao comércio. Também as fragmentárias informações manuscritas da década anterior tinham o mesmo tipo de produtor.

O bloqueamento na informação europeia sobre a China em meados dos anos 30 do século XVI esconde um pólo silencioso que continua a recolher e a ampliar o banco de dados. Em Lisboa a Coroa portuguesa possui actualizada e pormenorizada informação sobre os litorais da província de Guangdong e o comércio marítimo da Ásia do Sueste para os mares da China.

Toda esta informação melhorada sobre a China Ming nos planos marítimo, mercantil, político e militar mal circula nas esferas oficiais da Coroa. Apenas, a partir da segunda metade de Quinhentos, em obras como as *Décadas da Ásia* de João de Barros, impressas em Lisboa, 1552, 1553 e 1563, teremos uma parcial abertura desta informação policiada pelo Estado marítimo-mercantil.

Este bloqueamento na informação europeia sobre a China Ming, mesmo bloqueamento na circulação europeia desses mesmos dados visível até à segunda metade da década de 40 do século XVI, testemunha também a recessão da Rota do Levante frente à Rota do Cabo ao longo da primeira metade de Quinhentos.

A edição de G.B. Ramusio em Veneza, 1550, é um sinal da recuperação que, nos anos de 1560-1570, implica o relativo equilíbrio entre as Rotas do Cabo e do Levante.

A recolha, a organização, a cópia manuscrita, a tradução e a impressão da informação europeia sobre a China Ming são, ao longo da primeira metade do século XVI, uma resultante cultural da concorrência entre portugueses e italianos pelo domínio do comércio euro-asiático.

A partir dos anos 1547-1550 surge um novo andamento na tela do saber europeu sobre a China Ming. Um mercador, um missionário jesuíta e um humanista secretário de Corte são os autores.

Informações fruto de contactos e de vivências nos litorais da China que circulam pelos mares da China e são organizadas em Malaca e Goa. Dados que desaguam em Lisboa e que seguem os caminhos da edição em Coimbra, 1549, Veneza, 1550, e Florença, 1552.

Este andamento é uma nova revolução informativa que está a nascer no banco de dados europeu sobre a China Ming. Revolução tão importante quanto a dos anos de 1512-1517 mas que revela agora não aspectos da China Mercantil mas da China Cultural.

Os anos de 1545 a 1550 revelam sinais de uma transformação decisiva. Os mercadores e os burocratas do Estado estão presentes mas as regras do jogo estão a mudar.

Os mercadores surgem numa parceria de conhecimento com os missionários jesuítas que são uma elite internacional universitária na Ásia. Os corredores da mercadoria vão agora alimentar o saber e o poder da Roma papal e da Lisboa real.

Mais do que isso, em Coimbra é editado em latim um quadro da Civilização Chinesa logo reeditado em Florença. O latim significa que a maioria chinesa entrou na tela do saber erudito europeu e que as perguntas e as respostas sobre a China Ming transportam cada vez mais uma carga erudita.

O manuscrito português de 1547 e o impresso latino de 1549 assinalam ainda uma outra característica que vai ter largo futuro. A representação europeia da Civilização Chinesa é em certa medida também reprodução da auto-imagem das elites políticas e culturais chinesas. A revolução informativa dos anos de 1545 a 1550 marca o nascimento da Civilização Chinesa no

quadro do saber europeu e ao mesmo tempo o nascimento da auto-imagem da China com(o) presença forte no olhar europeu do Sung Kuo.

Tomando de novo como um todo esta paisagem dos textos europeus que entre 1499 e 1550 informa sobre a China temos um total de 13 textos impressos e seis manuscritos, ou seja, cerca de 76% de impressos para 24% de manuscritos. Uma vez mais os números podem enganar. Ficam manuscritos todos os textos que exclusivamente tratam aspectos da China e a matéria chinesa impressa é apenas parte do Oriente apreendido pelos europeus.

O aparecimento de textos europeus, única e exclusivamente sobre a China, dá-se nos anos de 1534-1536 a 1547. Os primeiros, da década de 30, sobre a China marítima e mercantil em especial, a província de Cantão e o segundo sobre a China cultural.

Até 1550 a Europa não imprime sobre a China como entidade própria mas, tão-só, sobre a matéria chinesa no quadro do conhecimento europeu da Ásia.

O manuscrito é pois o lugar único da informação mais abundante e especializada, da organização e racionalização mais profundas no conhecimento europeu da China até meados de Quinhentos.

No quadro global de autores temos 8 portugueses, 6 italianos e um indiano. Dos 8 portugueses surgem quatro textos impressos, sendo três em língua italiana em Roma, Milão e Veneza e um em latim em Coimbra (logo reeditado em Florença).

Dos seis autores italianos são impressos oito textos em que surge matéria chinesa. As línguas da primeira edição destes textos são o italiano em sete casos e o francês em um. As cidades de impressão são: Florença, Veneza e Vicenza, cada uma com dois textos, bem como Roma e Paris com um cada. Veneza, que na época, juntamente com Lyon e Basileia, é um dos centros internacionais de liderança da edição e do comércio livreiro na Europa ¹⁰⁰.

O autor indiano é impresso em italiano, em Vicenza, e como já vimos o caso dos portugueses pode-se afirmar que a informação europeia sobre a China até 1550 *circula impressa em língua italiana e manuscrita em língua portuguesa*.

No seu todo, a rede das cidades europeias de impressão dos textos sobre a China Ming apresenta os seguintes resultados: Veneza (4), Florença (2), Vicenza (2), Roma (2), Milão (1), Coimbra (1), Paris (1). Ou seja, nas cidades italianas concentra-se 85% desta rede informativa europeia.

A rede dos pólos manuscritos, como vimos, concentra-se em Lisboa a partir de Cochim, Malaca, Cantão, Goa. E é assim em Lisboa mas também em Cochim que se dão os cruzamentos maiores de ambas as redes que culminam em impressos em Veneza, Florença, Vicenza e Coimbra.

¹⁰⁰ Veja-se Rudolf HIRSCH, *Printing, Selling, and Reading 1450-1550*, Wiesbaden, 1967; EISENSTEIN, *The Printing Press as an Agent of Change: Communications and Cultural Transformations in Early Modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1979.

Uma palavra final para a tipologia dos autores. Dominam os mercadores (4) que são responsáveis por sete textos, seis cartas e uma informação sobre a cultura chinesa. A produção dos mercadores, três florentinos e um português, é impressa em 70%. Nas cercanias deste círculo mercantil surgem os nobres mercadores (2 portugueses) e o aventureiro-soldado italiano L. Varthema que produzem três textos, sendo impresso tão-só o do bolonhês.

Ainda em conexão directa com este círculo mercantil temos os geógrafos e navegadores funcionários de Coroa (três portugueses e um italiano ao serviço de Castela). O impresso volta a atingir os 75%. Mais distantes das linhas de informação do comércio surgem os humanistas funcionários de Corte (2 casos) responsáveis por impressos em italiano e latim que organizam e eruditizam os dados recebidos dos círculos e circuitos mercantis.